

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	19
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	571.644
Preferenciais	1.119.341
Total	1.690.985
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.290
Preferenciais	1
Total	2.291

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,09441
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,10389
Reunião do Conselho de Administração	18/03/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,01591
Reunião do Conselho de Administração	18/03/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,01750

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	97.416.573	97.572.695
1.01	Ativo Circulante	15.685.936	15.185.519
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.316.988	4.206.595
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	137.737	201.294
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.179.251	4.005.301
1.01.03	Contas a Receber	6.933.976	7.000.379
1.01.04	Estoques	479.541	558.264
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.066.115	2.164.544
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.129.960	317.325
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.759.356	938.412
1.01.08.03	Outros	1.759.356	938.412
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	1.092.975	283.955
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	91.398	81.306
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	242.870	235.343
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	18.645	18.645
1.01.08.03.05	Outros Ativos	313.468	319.163
1.02	Ativo Não Circulante	81.730.637	82.387.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.961.124	6.027.868
1.02.01.03	Contas a Receber	179.631	217.621
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	26.467	28.632
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.448	4.747
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.750.578	5.776.868
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	285.322	337.477
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.077.228	4.880.489
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	90.598	90.863
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	250.487	417.558
1.02.01.09.07	Outros Ativos	46.943	50.481
1.02.02	Investimentos	24.204.859	24.342.692
1.02.02.01	Participações Societárias	24.204.859	24.342.692
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.664.758	8.730.749
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	95.939	99.902
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	15.444.162	15.512.041
1.02.03	Imobilizado	21.762.478	22.019.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.235.378	20.247.308
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.527.100	1.771.768
1.02.04	Intangível	29.802.176	29.997.540

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	97.416.573	97.572.695
2.01	Passivo Circulante	15.443.599	15.948.843
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	428.810	520.023
2.01.01.01	Obrigações Sociais	273.901	265.100
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	154.909	254.923
2.01.02	Fornecedores	7.056.268	7.496.947
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.194.959	1.175.293
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	331.535	269.877
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	839.860	871.271
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	23.564	34.145
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.015.542	1.931.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	886.434	1.778.746
2.01.04.02	Debêntures	95.258	120.924
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	33.850	32.291
2.01.05	Outras Obrigações	4.808.231	3.930.550
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	145.951	144.770
2.01.05.02	Outros	4.662.280	3.785.780
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.601.770	2.209.362
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	172.145	151.686
2.01.05.02.05	Receita Diferida	527.187	562.601
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.361.178	862.131
2.01.06	Provisões	939.789	894.069
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	939.789	894.069
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	122.656	121.562
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	817.133	772.507
2.02	Passivo Não Circulante	12.678.266	13.056.610
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.351.445	6.565.777
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.667.913	2.902.748
2.02.01.02	Debêntures	3.428.231	3.423.790
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	255.301	239.239
2.02.02	Outras Obrigações	359.739	821.464
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.210	36.567
2.02.02.02	Outros	339.529	784.897
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	42.805	82.421
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	57.402	57.416
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	24.724	19.808
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	214.598	625.252
2.02.03	Tributos Diferidos	99.191	155.951
2.02.04	Provisões	5.401.638	5.154.455
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.807.415	4.568.721
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.817.355	2.684.924
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.073.117	1.018.930
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	74.904	76.616
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	842.039	788.251
2.02.04.02	Outras Provisões	594.223	585.734

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02.04	Provisão da Desmantelamento	302.452	298.751
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	291.771	286.983
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	466.253	358.963
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	466.253	358.963
2.03	Patrimônio Líquido	69.294.708	68.567.242
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.272.564	1.272.564
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.435.757	1.435.757
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.805	-87.805
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação Societária	-75.388	-75.388
2.03.04	Reservas de Lucros	3.700.148	3.697.794
2.03.04.01	Reserva Legal	1.703.643	1.703.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	9.282	6.928
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.287.223	1.287.223
2.03.04.10	Retenção de Lucros Para Expansão e Modernização	700.000	700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	744.936	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.644	25.468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.358.113	8.421.281
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.157.251	-4.288.962
3.03	Resultado Bruto	4.200.862	4.132.319
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.468.696	-3.043.934
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.582.360	-2.682.163
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-538.651	-421.041
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	632.672	112.774
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-236.368	-257.954
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	256.011	204.450
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.732.166	1.088.385
3.06	Resultado Financeiro	-296.447	-247.956
3.06.01	Receitas Financeiras	747.601	591.901
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.044.048	-839.857
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.435.719	840.429
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-217.489	-260.710
3.08.01	Corrente	-266.206	-298.371
3.08.02	Diferido	48.717	37.661
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.218.230	579.719
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.218.230	579.719
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,67656	0,48412
3.99.01.02	PN	0,74421	0,53254

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	1.218.230	579.719
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-19.824	403.786
4.02.01	Perdas não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	-238	-989
4.02.02	Tributos sobre Perdas não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	81	336
4.02.03	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-23.418	605.533
4.02.04	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	7.962	-205.881
4.02.05	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-4.211	4.787
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.198.406	983.505

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.312.364	772.856
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.037.654	3.084.462
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.435.719	840.429
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.442.448	1.398.999
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	-32.322	14.683
6.01.01.04	Variações Monetárias	84.736	89.437
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-256.011	-204.450
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa/Alienação de Bens	-469.670	14.640
6.01.01.07	Perdas Estimadas Para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	276.665	304.662
6.01.01.08	Provisão de Fornecedores	63.441	209.403
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Etimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques e Obsolescência	-10.413	-4.617
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	-2.031	10.797
6.01.01.11	Provisões Para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	247.439	181.929
6.01.01.12	Despesas de Juros	253.573	212.471
6.01.01.13	Outros	4.080	16.079
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.725.290	-2.311.606
6.01.02.01	Contas a Receber	-172.272	-238.810
6.01.02.02	Estoques	89.136	-136.456
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	48.495	-39.817
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-711.897	-724.389
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	-84.224	42.196
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	4.156	2.322
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-86.297	-146.810
6.01.02.08	Fornecedores	-126.048	-612.353
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-52.557	-96.204
6.01.02.10	Juros Pagos	-227.688	-204.804
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-86.344	0
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-113.722	-71.186
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-206.028	-85.295
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.037.035	-1.817.077
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-1.326.148	-1.730.267
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	321	4.939
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-100.603	-91.749
6.02.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	389.395	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.164.936	-658.885
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.170.893	-1.028.246
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	0	12.157
6.03.03	Recebimento Líquido dos Contratos de Derivativos	6.481	359.005
6.03.04	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-164	-42
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-360	-1.759
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-889.607	-1.703.106
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.206.595	3.835.304

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.316.988	2.132.198

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-470.940	0	-470.940
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-537.000	0	-537.000
5.04.08	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	66.060	0	66.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.218.230	-19.824	1.198.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.218.230	0	1.218.230
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19.824	-19.824
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.354	-2.354	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	2.354	-2.354	0	0
5.07	SalDOS Finais	63.571.416	1.272.564	3.700.148	744.936	5.644	69.294.708

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.750.000	0	0	-2.750.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.750.000	0	0	-2.750.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	579.719	403.786	983.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	579.719	0	579.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	403.786	403.786
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	426	-426	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	426	-426	0	0
5.07	SalDOS Finais	37.798.110	2.616.449	1.553.497	579.293	636.251	43.183.600

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	11.582.606	11.396.406
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.621.783	11.549.180
7.01.02	Outras Receitas	237.488	151.888
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-276.665	-304.662
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.689.725	-4.425.973
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.155.415	-2.395.515
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.019.405	-2.011.111
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	485.095	-19.347
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.892.881	6.970.433
7.04	Retenções	-1.442.448	-1.398.999
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.442.448	-1.398.999
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.450.433	5.571.434
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.003.612	796.351
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	256.011	204.450
7.06.02	Receitas Financeiras	747.601	591.901
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.454.045	6.367.785
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.454.045	6.367.785
7.08.01	Pessoal	736.892	697.711
7.08.01.01	Remuneração Direta	492.171	498.370
7.08.01.02	Benefícios	205.603	168.600
7.08.01.03	F.G.T.S.	39.118	30.741
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.935.395	3.756.434
7.08.02.01	Federais	1.154.897	1.286.428
7.08.02.02	Estaduais	1.769.142	2.458.725
7.08.02.03	Municipais	11.356	11.281
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.563.528	1.333.921
7.08.03.01	Juros	1.032.085	838.045
7.08.03.02	Aluguéis	531.443	495.876
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.218.230	579.719
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.218.230	579.719

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	101.245.302	101.685.064
1.01	Ativo Circulante	17.991.990	17.909.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.068.214	5.336.845
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	148.293	233.742
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.919.921	5.103.103
1.01.03	Contas a Receber	8.274.198	8.285.319
1.01.04	Estoques	508.853	603.631
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.356.971	2.521.292
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.179.752	356.446
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.604.002	805.770
1.01.08.03	Outros	1.604.002	805.770
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	990.373	157.389
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	91.398	81.306
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	242.930	235.343
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	489	489
1.01.08.03.05	Outros Ativos	278.812	331.243
1.02	Ativo Não Circulante	83.253.312	83.775.761
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.605.578	7.590.644
1.02.01.03	Contas a Receber	284.670	330.451
1.02.01.06	Tributos Diferidos	792.271	711.590
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	28.266	30.609
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.561	4.919
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.496.810	6.513.075
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	343.668	409.653
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.738.876	5.518.120
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	109.464	109.864
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	250.487	417.558
1.02.01.09.07	Outros Ativos	54.315	57.880
1.02.02	Investimentos	96.960	101.161
1.02.02.01	Participações Societárias	96.960	101.161
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	96.960	101.161
1.02.03	Imobilizado	30.236.307	30.476.765
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.672.300	28.626.031
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.564.007	1.850.734
1.02.04	Intangível	45.314.467	45.607.191

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	101.245.302	101.685.064
2.01	Passivo Circulante	17.193.857	17.981.713
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	618.718	698.846
2.01.01.01	Obrigações Sociais	405.193	383.834
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	213.525	315.012
2.01.02	Fornecedores	7.707.777	8.373.235
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.771.395	1.716.002
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	590.561	507.415
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.132.647	1.152.155
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	48.187	56.432
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.319.490	2.342.991
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.186.943	2.185.978
2.01.04.02	Debêntures	95.258	120.924
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	37.289	36.089
2.01.05	Outras Obrigações	4.812.954	3.936.262
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	121.764	118.214
2.01.05.02	Outros	4.691.190	3.818.048
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.601.770	2.209.362
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	172.145	151.686
2.01.05.02.05	Receita Diferida	531.371	564.557
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.385.904	892.443
2.01.06	Provisões	963.523	914.377
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	963.523	914.377
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	133.227	128.652
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	830.296	785.725
2.02	Passivo Não Circulante	14.756.737	15.136.109
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.602.238	7.878.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.900.070	4.193.914
2.02.01.02	Debêntures	3.428.231	3.423.790
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	273.937	260.595
2.02.02	Outras Obrigações	482.078	922.911
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.418	3.772
2.02.02.02	Outros	478.660	919.139
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	42.805	82.421
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	85.882	87.018
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	24.724	19.808
2.02.02.02.06	Fornecedores	67.742	67.742
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	257.507	662.150
2.02.04	Provisões	6.206.013	5.975.662
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.962.007	4.726.359
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.851.427	2.736.191
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.100.119	1.037.499
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	82.904	85.343
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	927.557	867.326
2.02.04.02	Outras Provisões	1.244.006	1.249.303

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02.04	Provisão Para Desmantelamento	396.748	405.421
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	847.258	843.882
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	466.408	359.237
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	466.408	359.237
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	69.294.708	68.567.242
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.272.564	1.272.564
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.435.757	1.435.757
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.805	-87.805
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação Societária	-75.388	-75.388
2.03.04	Reservas de Lucros	3.700.148	3.697.794
2.03.04.01	Reserva Legal	1.703.643	1.703.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	9.282	6.928
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.287.223	1.287.223
2.03.04.10	Retenção de Lucros Para Expansão e Modernização	700.000	700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	744.936	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.644	25.468

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.431.396	8.983.078
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.356.642	-4.536.840
3.03	Resultado Bruto	5.074.754	4.446.238
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.199.273	-3.282.372
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.985.529	-2.708.646
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-615.087	-429.820
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	664.297	113.826
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-263.202	-257.964
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	248	232
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.875.481	1.163.866
3.06	Resultado Financeiro	-316.793	-217.852
3.06.01	Receitas Financeiras	798.200	619.158
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.114.993	-837.010
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.558.688	946.014
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-340.458	-366.295
3.08.01	Corrente	-413.096	-390.600
3.08.02	Diferido	72.638	24.305
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.218.230	579.719
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.218.230	579.719
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.218.230	579.719

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.218.230	579.719
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-19.824	403.786
4.02.01	Perdas não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	-238	-989
4.02.02	Tributos sobre Perdas não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	81	336
4.02.03	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-23.418	605.533
4.02.04	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	7.962	-205.881
4.02.05	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-4.211	4.787
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.198.406	983.505
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.198.406	983.505

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.055.866	1.002.944
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.994.398	3.445.754
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.558.688	946.014
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.913.255	1.405.127
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	-32.322	14.683
6.01.01.04	Variações Monetárias	73.853	89.346
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-248	-232
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa/Alienação de Bens	-475.038	14.767
6.01.01.07	Perdas Estimadas Para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	344.390	324.415
6.01.01.08	Provisão de Fornecedores	59.263	236.073
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Recuperável dos Estoques e Obsolescência	-10.210	-5.710
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	-2.772	10.792
6.01.01.11	Provisões Para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	279.076	181.929
6.01.01.12	Despesas de Juros	294.067	212.471
6.01.01.13	Outros	-7.604	16.079
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.938.532	-2.442.810
6.01.02.01	Contas a Receber	-287.488	-262.545
6.01.02.02	Estoques	104.988	-161.909
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	64.973	-40.699
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-722.390	-726.938
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	-61.452	-958
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	5.256	2.345
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-75.212	-146.708
6.01.02.08	Fornecedores	-190.389	-562.665
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	14.775	-92.185
6.01.02.10	Juros Pagos	-267.756	-204.804
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-195.286	-70.148
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-120.268	-88.130
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-208.283	-87.466
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.990.324	-1.824.594
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-1.874.246	-1.737.896
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	509	5.118
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-116.587	-91.816
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.334.173	-658.885
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.340.130	-1.028.246
6.03.02	Captações de Empréstimos e Debêntures	0	12.157
6.03.03	Recebimento Líquido dos Contratos de Derivativos	6.481	359.005
6.03.04	Pagamento Referentes a Grupamento de Ações	-164	-42
6.03.05	Pagamentos de dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-360	-1.759
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.268.631	-1.480.535
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.336.845	4.692.689
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.068.214	3.212.154

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242	0	68.567.242
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242	0	68.567.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-470.940	0	-470.940	0	-470.940
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-537.000	0	-537.000	0	-537.000
5.04.08	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	66.060	0	66.060	0	66.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.218.230	-19.824	1.198.406	0	1.198.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.218.230	0	1.218.230	0	1.218.230
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19.824	-19.824	0	-19.824
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.354	-2.354	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	2.354	-2.354	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.272.564	3.700.148	744.936	5.644	69.294.708	0	69.294.708

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.750.000	0	0	-2.750.000	0	-2.750.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto de 2014	0	0	-2.750.000	0	0	-2.750.000	0	-2.750.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	579.719	403.786	983.505	0	983.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	579.719	0	579.719	0	579.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	403.786	403.786	0	403.786
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	426	-426	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	426	-426	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.553.497	579.293	636.251	43.183.600	0	43.183.600

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	14.241.888	12.047.189
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.268.463	12.218.664
7.01.02	Outras Receitas	317.815	152.940
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-344.390	-324.415
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.669.267	-4.721.753
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.919.365	-2.678.893
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.239.976	-2.024.480
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	490.074	-18.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.572.621	7.325.436
7.04	Retenções	-1.913.255	-1.405.127
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.913.255	-1.405.127
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.659.366	5.920.309
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	798.448	619.390
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	248	232
7.06.02	Receitas Financeiras	798.200	619.158
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.457.814	6.539.699
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.457.814	6.539.699
7.08.01	Pessoal	960.554	703.299
7.08.01.01	Remuneração Direta	633.994	502.100
7.08.01.02	Benefícios	274.499	170.172
7.08.01.03	F.G.T.S.	52.061	31.027
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.540.942	3.924.247
7.08.02.01	Federais	1.493.839	1.421.776
7.08.02.02	Estaduais	2.000.260	2.461.404
7.08.02.03	Municipais	46.843	41.067
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.738.088	1.332.434
7.08.03.01	Juros	1.101.368	835.157
7.08.03.02	Aluguéis	636.720	497.277
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.218.230	579.719
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.218.230	579.719

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	1T16	4T15	Δ%	1T15	Δ%
Receita Líquida Móvel	6.212,9	6.426,9	(3,3)	6.228,9	(0,3)
Receita de serviço móvel	5.911,2	6.077,6	(2,7)	5.890,2	0,4
Voz sainte	2.423,9	2.421,9	0,1	2.870,8	(15,6)
Interconexão	357,1	413,1	(13,6)	472,0	(24,3)
Dados e SVA	3.044,5	3.111,8	(2,2)	2.478,7	22,8
Mensagem P2P	404,9	466,1	(13,1)	413,6	(2,1)
Internet	2.163,1	2.137,5	1,2	1.597,8	35,4
SVA	476,4	508,3	(6,3)	467,3	1,9
Outros serviços	85,8	130,8	(34,4)	68,8	24,8
Receita Líquida de Aparelhos	301,7	349,3	(13,6)	338,6	(10,9)

A receita líquida móvel apresentou pequena redução de 0,3% y-o-y no 1T16, em função da menor receita de venda de aparelhos (-10,9% y-o-y) enquanto a receita de serviço móvel obteve variação anual positiva de 0,4% y-o-y no trimestre, em função, principalmente, da menor receita de voz afetada pelo efeito da redução de VU-M ocorrida em fevereiro de 2015 e 2016 e do ambiente macroeconômico mais desafiador. Excluindo o efeito da redução da VU-M, o crescimento da receita de serviço móvel do 1T16 seria de 2,9% y-o-y.

A receita de **voz sainte** reduziu 15,6% em relação ao 1T15. Tal desempenho reflete a crescente migração de uso para a internet móvel, que compensa a redução em voz. O pré-pago também é impactado pelo menor volume de recargas efetuadas no período (-9,1% y-o-y e -5,1% q-o-q).

A receita de **interconexão** foi 24,3% menor em comparação ao 1T15, principalmente em função da redução da tarifa de VU-M ocorrida em fevereiro de 2015 e 2016 (-33,0% e -33,8%, respectivamente). Ao normalizar este efeito, a variação nas receitas de interconexão seria de +7,5% y-o-y no 1T16, impactada também pelo maior tráfego entrante.

A receita de **dados e SVA** apresentou crescimento de 22,8% y-o-y. As vendas de pacotes e planos de dados avulsos e o upselling de bundles de dados contribuíram fortemente para esse crescimento, além da penetração de *smartphones* em nossa base de clientes. No trimestre, a representatividade da receita de dados e SVA sobre a receita líquida de serviço móvel aumentou para 51,5%, evoluindo 9,4 p.p. y-o-y.

A receita com **SMS** registrou pequena redução de 2,1% y-o-y, em função da redução de SMS promocionais no período.

A receita de **internet móvel** registrou crescimento de 35,4% na comparação anual, representando 71,1% da receita de dados no 1T16. Esse desempenho está diretamente atrelado ao alto crescimento nos acessos de dados pós-pagos, principalmente em planos 4G, ao aumento da venda de pacotes avulsos de dados e ao crescente parque de *smartphones*. Ao final do 1T16, 76% da base de clientes já possuía *smartphones* ou *webphones*, uma evolução de 6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receitas de SVA evoluíram 1,9% no 1T16 quando comparadas ao mesmo trimestre do ano anterior. O incremento da receita está principalmente relacionado à venda de SVA premium em lojas próprias, como o Vivo Música e o Nuvem do Jornaleiro. Os serviços das plataformas de educação, como o Kantoo, e de segurança, como o Vivo Sync e o Vivo Segurança online, também apresentam desempenho positivo com o contínuo interesse da base de clientes por esses produtos. Apesar disso, o crescimento foi afetado pelo menor uso, principalmente de clientes pré pago, no período.

Comentário do Desempenho

A **receita de outros serviços** atingiu R\$ 85,8 milhões, um aumento de 24,8% em relação ao 1T15. Esta variação reflete a maior recuperação recorrente de impostos sobre notas fiscais contestadas.

A **receita de aparelho móvel** apresentou redução de 10,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em função da estratégia da Companhia mais seletiva e orientada à geração de valor, com foco na venda de aparelhos apenas como alavanca para clientes de alto valor.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	1T16	4T15	Δ%	1T15	Δ%
Receita Líquida Fixa	4.218,5	4.333,9	(2,7)	4.135,6	2,0
Voz	1.948,1	2.025,3	(3,8)	1.971,1	(1,2)
Interconexão	103,8	121,6	(14,6)	127,0	(18,3)
Banda Larga	955,1	931,8	2,5	856,5	11,5
Dados Corporativos e TI	561,5	610,5	(8,0)	600,3	(6,5)
TV por assinatura	476,0	464,4	2,5	393,2	21,1
Outros serviços	174,0	180,4	(3,5)	187,5	(7,2)
% Dados / Receita Líquida	36,0%	35,6%	0,4 p.p.	35,2%	0,7 p.p.

Nota: A Receita Líquida Fixa considera receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo"). A Receita de Banda Larga inclui clientes residenciais e pequenas e médias empresas.

A receita líquida do negócio fixo apresentou crescimento anual de 2,0% no 1T16, devido, principalmente, à evolução das receitas de banda larga e TV por assinatura. A receita fixa está impactada pelo corte da VC fixo-móvel realizado em fevereiro de 2015 e 2016, e pela redução da interconexão fixa (TU-RL e TU-RIU) ocorrida em fevereiro de 2016. Excluindo tal efeito, a variação na receita líquida de serviços fixos seria de 5,1% no período.

A receita de **voz** apresentou redução de 1,2% no período em relação ao 1T15. Excluída a redução da VC (-20,6%), haveria evolução de 4,1% da receita de voz no comparativo anual.

A receita de **interconexão** apresenta redução de 18,3% quando comparada ao 1T15, em razão da redução da TU-RL (-65,9%) e TU-RIU (-21,3%) ocorrida em fevereiro de 2016. Excluído esse efeito a receita de interconexão apresentaria um incremento de 1,8%.

A receita de **banda larga** cresceu 11,5% y-o-y impulsionada pela evolução da receita de ultra banda larga, que já representa cerca de 60% das receitas de banda larga no período e cresce 22,3% no comparativo anual. Neste sentido, a empresa tem focado na migração de clientes para velocidades mais altas, principalmente em FTTx, expandindo a base de clientes em fibra, que possuem maior ARPU e menor churn.

A receita de **dados corporativos e TI** reduziu 6,5% y-o-y, devido à desaceleração da economia e maior competição nesse mercado.

No 1T16, a receita de **TV por assinatura** registrou crescimento de 21,1% no comparativo anual. Esta evolução ocorre em resposta ao crescimento da base de assinantes em IPTV e DTH interativo, com maior adoção a pacotes HD, que apresentam um crescimento de receita de 33,6%. A receita do segmento premium corresponde a mais de 70% da receita de TV por assinatura.

A receita com **outros serviços** reduziu 7,2% no comparativo anual, influenciada principalmente pela menor venda de equipamentos de soluções integradas a grandes clientes.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Consolidado em R\$ milhões	1T16	4T15	Δ%	1T15	Δ%
Custos Operacionais	(6.642,9)	(7.328,6)	(9,4)	(7.303,6)	(9,0)
Pessoal	(920,4)	(910,3)	1,1	(880,6)	4,5
Custo dos Serviços Prestados	(3.060,4)	(2.960,1)	3,4	(3.094,9)	(1,1)
Interconexão	(556,4)	(615,0)	(9,5)	(735,7)	(24,4)
Impostos, taxas e contribuições	(455,2)	(327,3)	39,1	(497,5)	(8,5)
Serviços de terceiros	(1.455,9)	(1.451,7)	0,3	(1.315,6)	10,7
Outros	(592,9)	(566,1)	4,7	(546,1)	8,6
Custo das Mercadorias Vendidas	(518,0)	(692,8)	(25,2)	(580,8)	(10,8)
Despesas de Comercialização dos Serviços	(2.159,5)	(2.289,6)	(5,7)	(2.292,8)	(5,8)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(344,4)	(272,1)	26,6	(373,4)	(7,8)
Serviços de terceiros	(1.722,3)	(1.901,0)	(9,4)	(1.811,4)	(4,9)
Outros	(92,8)	(116,5)	(20,3)	(108,0)	(14,1)
Despesas Gerais e Administrativas	(385,6)	(383,2)	0,6	(308,3)	25,1
Serviços de terceiros	(321,9)	(298,1)	8,0	(262,3)	22,7
Outros	(63,7)	(85,1)	(25,1)	(46,0)	38,5
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	401,0	(92,6)	n.d.	(146,2)	n.d.



Os custos operacionais da Companhia, excluindo gastos com depreciação e amortização, registraram R\$ 6.642,9 milhões no 1T16, com redução de 9,0% no comparativo anual. Excluindo o efeito positivo da venda de torres realizada em 31 de março, no montante de R\$ 513,5 milhões, os custos seriam de R\$ 7.156,4 milhões, ainda assim com uma redução de 2,0% y-o-y, em um período em que a inflação atingiu 9,4% (IPCA). Na comparação com o trimestre anterior, os custos operacionais recorrentes registraram redução de 2,3%, já excluindo a venda de torres.

O **custo de pessoal** apresentou incremento de 4,5% na comparação anual, principalmente em função da internalização de funcionários de empresa prestadora de serviços de instalação e manutenção de rede no 4T15, parcialmente compensados pelos menores custos em função de redução do quadro funcional ocorrida em setembro de 2015. É importante destacar que essa evolução é inferior ao acordo coletivo de 7% ocorrido em setembro de 2015.

Comentário do Desempenho

O **custo dos serviços prestados** no 1T16 apresentou redução de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado positivamente pela redução de VU-M ocorrida em fevereiro de 2015 e 2016 e da TU-RL/TU-RIU ocorrida em fevereiro de 2016. Excluindo este efeito, haveria um aumento de 4,2% y-o-y, bem abaixo da inflação medida no período. Esta variação é explicada, principalmente, pelos maiores gastos com serviços de manutenção e conservação da rede, devido à expansão de cobertura 4G e foco na qualidade do serviço, maiores gastos com aluguel de sites e com compra de conteúdo de TV, além do aumento dos gastos com energia elétrica, devido à maior tarifa, parcialmente compensados por menores despesas com impostos regulatórios.

O **custo das mercadorias vendidas** no 1T16 reduziu 10,8% em comparação ao 1T15, reflexo da opção da Companhia pela rentabilidade, com foco em clientes de maior valor.

As **despesas de comercialização dos serviços** no 1T16 reduziram em 5,8% y-o-y, refletindo a racionalidade comercial e a captura de sinergias, revertendo o impacto do ambiente econômico.

A **provisão para devedores duvidosos (PDD)** no 1T16 fechou em R\$ 344,4 milhões (-7,8% y-o-y), com o nível de inadimplência em 3,3% da receita operacional líquida, uma redução de 0,3 p.p. y-o-y mesmo com a deterioração macroeconômica. A Companhia continua sendo criteriosa na concessão de crédito, melhorando a identificação do perfil de risco do cliente e realizando ações mais efetivas na cobrança. Quando comparada com o trimestre anterior, a PDD aumenta 26,6%, principalmente em função da sazonalidade de fim de ano e da intensificação das ações de cobrança realizadas naquele período.

Os **serviços de terceiros** registraram redução anual de 4,9% no trimestre, resultado da redução de custos com serviços de *call center*, promotores de venda em lojas de varejo e propaganda e publicidade, parcialmente compensados por maiores despesas com desenvolvimento de sistemas e serviços de cobrança com foco na redução da inadimplência.

As **despesas gerais e administrativas** no 1T16 registraram aumento de 25,1% y-o-y, principalmente em função de maiores despesas com energia, devido às maiores tarifas, e desenvolvimento de sistemas, em função da integração das Companhias.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram receita de R\$ 401,0 milhões no trimestre, em função da venda de torres realizada em março de 2016 no valor de R\$ 513,5 milhões. Excluindo esse efeito, a rubrica registra uma despesa de R\$ 112,5 milhões frente a despesa de R\$ 146,2 milhões registrada no 1T15, uma redução de 23,1%, devido a maiores receitas com multas.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O item **Depreciação e Amortizações** apresentou aumento de 7,4% na comparação anual, justificado principalmente pelas adições ao ativo imobilizado ocorridas no período.

Resultado Financeiro

No 1T16, as **despesas financeiras líquidas** diminuíram R\$ 211,8 milhões quando comparadas ao 1T15, principalmente devido às perdas relacionadas à variação cambial dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Euro) da GVT no 1T15, que foram totalmente cobertos por operações de hedge a partir de maio de 2015, além do menor endividamento líquido médio do período.

Capex

Consolidado em R\$ milhões	1T16	4T15	1T15
Rede	1.328,5	2.021,5	1.542,7
Tecnologia/Sist. Informação	126,4	319,1	136,0
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	36,9	31,6	82,0
Total	1.491,9	2.372,3	1.760,8
Capex ex. licenças / Receita operacional líquida	14,3%	22,0%	17,0%

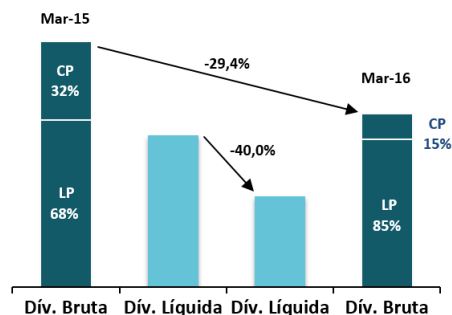
Comentário do Desempenho

O **Capex** do 1T16 atingiu R\$ 1.491,9 milhões, representando 14,3% da receita operacional líquida do período. Os investimentos foram direcionados, em sua maioria, à expansão da cobertura 4G e da capacidade 3G, ao aumento da penetração do FTTx e ao aumento da infraestrutura de transmissão, principalmente para atender a maior demanda de forma a garantir a qualidade e viabilizar o crescimento. Dessa forma, 75% do Capex foi alocado em projetos comerciais para impulsionar o crescimento de receita.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 1T16 com uma **dívida bruta** de R\$ 8.921,7 milhões, 29,4% menor que a apresentada ao final do 1T15, sendo 17,0% denominada em moeda estrangeira. A diminuição da dívida bruta está relacionada à liquidação de empréstimos e financiamentos no período, compensada pelo refinanciamento de passivos comerciais (R\$ 120,0 milhões), além de despesas regulares. Atualmente, a exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge).

A **dívida líquida** atingiu R\$ 4.686,5 milhões ao final do 1T16. Em relação ao 1T15, a dívida líquida registra uma diminuição de R\$ 3.120,2 milhões, explicado principalmente pelo aumento de capital realizado pela Companhia, parcialmente compensado pelo pagamento da licença de 700 MHz à ANATEL, pelo pagamento de dividendos e pelo refinanciamento de passivos com fornecedores.



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, *market share*, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil") é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, incluindo ações em tesouraria de 73,58% (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa"). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange" – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão e autorização para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), respectivamente.

Para a prestação do STFC, a Companhia possui também concessão para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III (exceto os municípios que compõem o setor 33) e autorização para chamadas telefônicas originadas nas Regiões I e II, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO").

Possui também autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC"), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

De acordo com os contratos de autorização para o SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 21). Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

No leilão para venda das sobras de radiofrequência nas faixas de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz, realizado pela ANATEL em 17 de dezembro de 2015, a Companhia foi vencedora em sete lotes na frequência de 2.500MHz, tendo ofertado o montante de R\$185.450, sendo: lote E2 DDD11 Grande São Paulo R\$110.250; lote E18 DDD21 Grande Rio R\$55.000; lote E39 DDD48 Florianópolis e região R\$500; lote E43 DDD51 Grande Porto Alegre R\$16.690; lote E46 DDD54 Caxias do Sul e região R\$2.085; lote E51 DDD63 Palmas e região R\$400; e lote E58 DDD67 Dourados e região R\$525.

Dessa maneira, a Companhia incrementará a sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia 4G em importantes regiões do território nacional, com banda adicional de 10+10 MHz em complemento à banda de 20+20Mhz adquirida na licitação de 2012. O valor a ser pago e os termos de utilização observarão as regras estabelecidas no Edital e pela ANATEL.

Notas Explicativas

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências para o SMP são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A GVT Participações S.A. ("GVTPart.") é a controladora da Global Village Telecom S.A. ("GVT"), sociedades controladas pela Companhia a partir de 28 de maio de 2015 (nota 3). A GVT é a controladora direta da POP Internet Ltda. ("POP") e indireta da Innoweb Ltda. ("Innoweb"), sociedades com sede no Brasil, que atuam no setor de telecomunicações e comunicações.

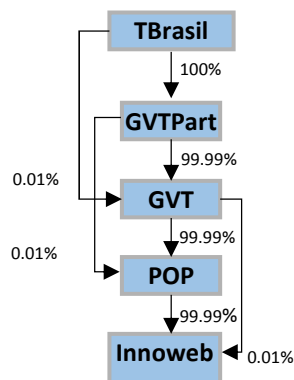
A GVT atua na prestação do STFC, SCM e TV por assinatura ("SEAC") em todo o território brasileiro. A POP fornece serviços como provedor gratuito de acesso e conteúdo de *internet*. A Innoweb fornece serviços telefônicos com base na tecnologia VoIP, que possibilita a realização de chamadas via *internet* a custos mais baixos do que a telefonia convencional, utilizando circuitos dedicados.

c) Reestruturação Societária

Em reunião realizada em 14 de março de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), realizada em 1º de abril de 2016, os termos e condições da Reestruturação Societária, conforme segue:

A Reestruturação Societária envolve a Companhia e sua subsidiária integral GVTPart. (sociedade *holding* que tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista), antecedida de reestruturação envolvendo as sociedades controladas destas, a GVT (tem como objeto principal a prestação de serviços fixos de telecomunicações, incluindo televisão por assinatura, em todo o Brasil) e a POP (tem por objeto social principalmente o desenvolvimento de atividades relacionadas à informática e *internet*).

A estrutura societária, considerando apenas as sociedades envolvidas da Reestruturação Societária em 31 de março de 2016, era a seguinte:



A Reestruturação Societária visa a padronização dos serviços desenvolvidos pelas sociedades envolvidas neste processo, com (i) a concentração da prestação dos serviços de telecomunicações em uma única sociedade, a Companhia; e (ii) a migração das atividades prestadas pela GVT que não sejam de serviços de telecomunicações para a POP.

Desta forma, a simplificação da estrutura societária e a concentração da prestação de serviços de telecomunicações na Companhia, favorecerá um ambiente de convergência, facilitando a consolidação e confluência na oferta de serviços de telecomunicações e a simplificação da oferta de pacotes de serviços, bem como a otimização de custos administrativos e operacionais, e a padronização das operações das sociedades envolvidas na Reestruturação Societária.

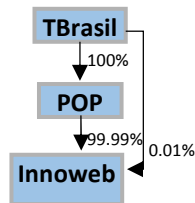
Notas Explicativas

A referida reestruturação societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 50.169, de 22 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União ("DOU") de 28 de janeiro de 2016, com as condicionantes nele previstas.

A Reestruturação Societária que será submetida à AGE é a incorporação da GVTPart. pela Companhia (nota 36).

A Reestruturação Societária ocorrerá na mesma data da AGE, da seguinte forma: (i) a GVT será cindida e o seu acervo líquido concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às atividades de telecomunicações será absorvido pela GVTPart. e a parcela restante, concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às demais atividades que não de telecomunicações, será absorvida pela POP; e (ii) o acervo líquido da GVTPart. (após a incorporação do acervo líquido da GVT, item (i)) será absorvido pela Companhia.

Após a Reestruturação Societária pretendida, a estrutura societária considerando apenas as sociedades envolvidas na Reestruturação Societária, será a seguinte:



Dado que a incorporação da GVTPart. pela Companhia não acarretará aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a GVTPart. é subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da GVTPart. por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Ainda, no que tange à operação que antecede à incorporação da GVTPart. pela Companhia, também não há que se falar em relação de substituição, dado que a GVT é controlada pela GVTPart. e pela própria Companhia, inexistindo acionistas minoritários.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da GVTPart., em razão de ser esta subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da GVTPart. de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Declaração de Conformidade

As informações trimestrais ("ITRs") individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2016, autorizou a emissão destas ITRs.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As ITRs da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional da Companhia, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Notas Explicativas

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2016 com 31 de dezembro de 2015.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nota explicativa 3 – “Resumo das Principais Práticas Contábeis”) e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

Em decorrência da consolidação da GVTPart. (nota 3) a partir de 1º de maio de 2015, as ITRs consolidadas para o período de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015 não são comparáveis.

A Companhia, visando atender o disposto na Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, apresenta na nota 35 as demonstrações dos resultados consolidados pró-forma (não auditadas ou revisadas) para o período de três meses findo em 31 de março de 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015, quando aplicável.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir de 2016, descritos a seguir:

IFRS 5 Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations (Ativos Não Correntes Destinados a Venda e Operações Descontinuadas), revisão: As alterações desta norma orientam a Companhia sobre o tratamento contábil a ser utilizado quando da reclassificação de um ativo (ou grupo de ativos) da categoria de mantidos para venda para a distribuição a acionistas (ou vice-versa). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não possui planos de vendas de ativos ou de distribuição a acionistas e não espera impactos em sua posição financeira.

IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures (Instrumentos Financeiros: Divulgações), revisão: As alterações desta norma orientam a Companhia sobre as divulgações de suas políticas contábeis que compõem a base de mensuração (ou bases) utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e as outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia já divulga as políticas contábeis mais significativas em suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão: As alterações desta norma exigem que um investidor conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adquiriu participação em acordos conjuntos enquadrados desta forma.

IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão: Esta norma é opcional e permite à uma sociedade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuarem aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As sociedades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da sociedade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em sua posição financeira, visto que já elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS vigentes.

Notas Explicativas

IAS 1 Disclosure Initiative (Iniciativas de Divulgação), revisão: Esta norma aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma sociedade. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. O modelo de divulgação das informações financeiras da Companhia está aderente à norma e a Companhia não espera impactos em suas divulgações financeiras.

IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão: As alterações esclarecem sobre os métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em sua posição financeira.

IAS 19 Employee Benefits (Benefícios a Empregados), revisão: As alterações desta norma exigem que a Companhia divulgue informações sobre a taxa utilizada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego, determinando por referência os rendimentos do mercado no final do período de referência de obrigações de instituições de elevada qualidade. Para as moedas às quais não existe um mercado ativo em tais obrigações de instituições de elevada qualidade, devem ser usados os rendimentos de mercado (no final do período de divulgação) dos títulos do governo denominados nessa moeda. A moeda e o prazo das obrigações das sociedades ou das obrigações governamentais devem ser consistentes com a moeda e o prazo esperado das obrigações de benefícios pós-emprego. No Brasil, não existe um mercado de títulos privados de alta qualidade, razão pela qual há vários anos a Companhia e seus atuários tem utilizado os títulos do Governo Brasileiro, notadamente as NTN-B com prazos equivalentes ao *duration* médio de cada plano para o desconto a valor presente do passivo atuarial. A moeda utilizada é o Real, tanto para pagamento dos benefícios, quanto para a valoração das NTN-Bs.

Amendments to IAS 27 Equity Method in Separate Financial Statements (Emendas ao IAS 27 Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas), revisão: As alterações desta norma permite que a Companhia utilize o método de equivalência patrimonial para investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e coligadas em suas demonstrações financeiras separadas (individuais). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Esta alteração não apresentou qualquer impacto nas demonstrações financeiras separadas da Companhia, uma vez que as normas contábeis brasileiras equivalentes (CPC 35-R2) já previam a utilização desse método.

IAS 34 Interim Financial Reporting (Relatórios Financeiros Intermediários), revisão: As alterações desta norma exigem que a Companhia divulgue em seus relatórios intermediários diversas informações, tais como: (i) declaração de políticas e métodos de cálculo comparadas com as demonstrações financeiras anuais mais recentes; (ii) comentários sobre sazonalidade; (iii) natureza e quantidades de itens que afetam ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou fluxo de caixa incomuns devido à sua natureza, dimensão ou incidência; (iv) natureza e quantidade de alterações nas estimativas de montantes divulgados nos períodos comparativos; (v) questões, recompras e reembolsos de títulos e valores mobiliários; (vi) dividendos pagos (agregados ou por ação), segregados por ações ordinárias e outras ações; (vii) informações completas por segmentos; (viii) acontecimentos após o período atual, que não tenham sido refletidos nos relatórios intermediários; (ix) efeito de alterações na composição da Companhia durante o período do relatório intermediário, entre outras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em seu relatório financeiro intermediário, visto que já contempla estas informações na elaboração de seus relatórios financeiros intermediários.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Vigência a partir de:
<i>IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)</i> , emissão da versão final.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Excepcion (Aplicando a Exceção na Consolidação)</i> , revisão.	A definir
<i>IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)</i> , emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 16 Leases (Arrendamentos)</i> , emissão.	1º de janeiro de 2019

Notas Explicativas

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Com base nas análises realizadas, a Companhia estima que a adoção da maioria destas normas, alterações e melhorias não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período de aplicação inicial. O Grupo Telefônica está atualmente avaliando o impacto da aplicação da IFRS 15. Além disso, as alterações introduzidas pelo IFRS 9 afetarão os instrumentos financeiros e operações com instrumentos financeiros realizadas em ou após 1º de janeiro de 2018. Além disso, o IFRS 16 requer que a Companhia informe os ativos e passivos sujeitos a arrendamentos (exceto arrendamento de curto prazo e arrendamentos de baixo valor). Assim, as alterações introduzidas pelo IFRS 16 são susceptíveis de ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir da data de vigência da referida alteração.

2.3) Bases de consolidação

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação societária nas seguintes sociedades, conforme segue:

Investidas	Tipo de investimento	% de participação		País (Sede)	Atividade principal
		Em 31.03.16	Em 31.12.15		
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
GVT Participações S.A. ("GVTPart.") (nota 3)	Controlada integral	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Aliança Atlântica Holging B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

3) AQUISIÇÃO DA GVT PARTICIPAÇÕES S.A. ("GVTPart.")

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nota explicativa 4 – "Aquisição da GVT Participações S.A."), em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovada a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart. e de 675.571 ações da GVT, bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia. Em decorrência destes atos, a Companhia tornou-se a única acionista da GVTPart. e controladora indireta da GVT, POP e Innoweb.

Em 28 de maio de 2015, a AGE da Companhia ratificou o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS - "FrHolding108"* e *Société d'Investissements et de Gestion 72 S.A.*), por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação, líquidos de tributos (1)	(377.373)
(-) Reembolso conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA	(84.598)
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

(1) Operações com derivativos, referem-se a *hedges* de fluxo de caixa para proteger o montante exposto a variação cambial em euros devido à Vivendi, referente a aquisição da GVTPart.

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição.

Ativo circulante	1.557.651	Passivo circulante	5.299.662
Caixa e equivalentes de caixa	390.255	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber, líquidas	947.378	Fornecedores	611.425
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	346.569
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.615
Outros ativos	68.320	Provisões	17.866
		Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.026.239		
Aplicações financeiras em garantia	17.871	Passivo não circulante	3.857.855
Tributos a recuperar	65.798	Fornecedores	67.742
Tributos diferidos (4)	610.873	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Outros ativos	7.052	Provisões (3)	679.294
Imobilizado, líquido (1)	7.970.117	Outras obrigações	21.063
Intangível, líquido (2)	2.803.253		
		Valor justo dos passivos assumidos	9.157.517
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	4.426.373
		Ágio (5)	12.837.141
Valor justo dos ativos adquiridos	13.583.890	Contraprestação total, líquido de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$409.601).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (no montante de R\$59.000, avaliada pelo método *relief-from-royalty*, com amortização pelo prazo de 1,5 anos) e a carteira de clientes (no montante de R\$2.523.000, avaliada pelo método *multi-period excess earnings method*, com amortização pelo prazo médio de 7,77 anos) e a mais valia e outros intangíveis (R\$20.394).
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$512.648).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart. com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais.

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo "Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e contraprestação contingente" (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Notas Explicativas

O saldo de caixa e equivalentes de caixa na aquisição foi de R\$390.255 (R\$376.479, líquido dos custos de transação).

Na data de elaboração destas ITRs, a Companhia concluiu as revisões e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart..

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Caixa e contas bancárias	137.737	201.294	148.293	233.742
Aplicações financeiras	3.179.251	4.005.301	3.919.921	5.103.103
Total	3.316.988	4.206.595	4.068.214	5.336.845

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Valores faturados	5.746.834	5.605.057	7.024.097	6.959.513
Valores a faturar	1.580.453	1.490.470	2.394.034	2.111.746
Valores de interconexão	1.322.876	1.531.352	1.335.246	1.555.480
Valores com partes relacionadas (nota 29)	254.000	241.233	182.476	206.957
Contas a receber bruto	8.904.163	8.868.112	10.935.853	10.833.696
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.790.556)	(1.650.112)	(2.376.985)	(2.217.926)
Total	7.113.607	7.218.000	8.558.868	8.615.770
Circulante	6.933.976	7.000.379	8.274.198	8.285.319
Não circulante	179.631	217.621	284.670	330.451

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 31 de março de 2016, R\$179.631 (R\$217.621 em 31 de dezembro de 2015), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de março de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$50.581 (R\$59.378 em 31 de dezembro de 2015).
- Em 31 de março de 2016, R\$105.039 (R\$112.830 em 31 de dezembro de 2015), corresponde ao produto "Soluciona TI", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de março de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$1.067 (R\$3.671 em 31 de dezembro de 2015).

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
A vencer	5.084.610	5.186.776	6.180.455	6.158.130
Vencidas – 1 a 30 dias	958.659	949.131	1.137.052	1.082.139
Vencidas – 31 a 60 dias	331.172	323.882	396.054	375.908
Vencidas – 61 a 90 dias	207.288	214.337	255.462	324.985
Vencidas – 91 a 120 dias	95.925	93.826	111.159	103.876
Vencidas – mais de 120 dias	435.953	450.048	478.686	570.732
Total	7.113.607	7.218.000	8.558.868	8.615.770

Notas Explicativas

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(1.313.956)	(1.619.316)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(304.662)	(324.415)
Baixa pela utilização	126.701	125.130
Saldo em 31.03.15	(1.491.917)	(1.818.601)
Complemento líquido das perdas estimadas	(712.154)	(906.260)
Baixa pela utilização	553.959	830.871
Combinação de negócios (nota 3)	-	(323.936)
Saldo em 31.12.15	(1.650.112)	(2.217.926)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(276.665)	(344.390)
Baixa pela utilização	136.221	185.331
Saldo em 31.03.16	(1.790.556)	(2.376.985)

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto "Solucion TI", contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Valor presente a receber	569.662	574.534
Receita financeira não realizada	1.067	3.671
Valor nominal a receber	570.729	578.205
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(312.695)	(306.443)
Valor líquido a receber	258.034	271.762
Circulante	152.995	158.932
Não circulante	105.039	112.830

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto "Solucion TI" em 31 de março de 2016 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	310.945	310.945
A vencer acima de um ano e até cinco anos	259.784	258.717
Total	570.729	569.662

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

6) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Materiais para revenda (1)	458.767	550.283	491.266	594.888
Materiais para consumo	54.824	48.562	56.769	53.275
Outros estoques	7.815	7.809	7.815	7.809
Total bruto	521.406	606.654	555.850	655.972
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(41.865)	(48.390)	(46.997)	(52.341)
Total	479.541	558.264	508.853	603.631

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(45.901)	(48.486)
Complemento líquido das perdas estimadas	(7.329)	(6.236)
Saldo em 31.03.15	(53.230)	(54.722)
Complemento das perdas estimadas	4.840	2.381
Saldo em 31.12.15	(48.390)	(52.341)
Complemento líquido das perdas estimadas	6.525	5.344
Saldo em 31.03.16	(41.865)	(46.997)

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

7) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
ICMS (1)	1.862.823	1.866.777	2.035.697	2.063.159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (2)	270.749	267.238	376.976	301.714
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	52.594	132.442	85.007	293.065
PIS e COFINS	51.541	108.758	76.946	133.925
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	113.730	126.806	126.013	139.082
Total	2.351.437	2.502.021	2.700.639	2.930.945
Circulante	2.066.115	2.164.544	2.356.971	2.521.292
Não circulante	285.322	337.477	343.668	409.653

- (1) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.
- (2) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

7.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora										
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.16
Ativo diferido											
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	70.164	(53.036)	-	17.128	(17.128)	-	-	-	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)											
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.454.349	92.918	-	1.547.267	133.749	-	-	1.681.016	61.878	-	1.742.894
Fornecedores e outras provisões	436.799	71.209	-	508.008	26.993	-	-	535.001	21.570	-	556.571
Carteira de clientes e marcas	311.141	-	-	311.141	-	-	-	311.141	-	-	311.141
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	303.932	49.072	-	353.004	16.170	-	-	369.174	34.724	-	403.898
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	167.693	2.627	-	170.320	(4.503)	-	-	165.817	(5.113)	-	160.704
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	156.226	3.808	-	160.034	(115.168)	-	-	44.866	(582)	-	44.284
Participação nos resultados	145.059	(53.585)	-	91.474	(2.530)	-	-	88.944	(31.530)	-	57.414
Provisão para programa de fidelização	31.507	424	-	31.931	672	-	-	32.603	577	-	33.180
Depreciação acelerada contábil	15.375	567	-	15.942	(5.077)	-	-	10.865	(1.348)	-	9.517
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.014	310	-	10.324	(960)	-	-	9.364	(464)	-	8.900
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	155.825	47.403	336	203.564	(35.676)	117.468	1.524	286.880	60.004	8.043	354.927
Total do ativo diferido	3.258.084	161.717	336	3.420.137	(3.458)	117.468	1.524	3.535.671	139.716	8.043	3.683.430
Passivo diferido											
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)											
Licença	(987.896)	(54.082)	-	(1.041.978)	(162.248)	-	-	(1.204.226)	(54.082)	-	(1.258.308)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(715.538)	(36.800)	-	(752.338)	(57.262)	-	-	(809.600)	(15.242)	-	(824.842)
Ágios da Vivo Part.	(689.077)	(50.982)	-	(740.059)	(152.944)	-	-	(893.003)	(50.982)	-	(943.985)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	13.742	-	(242.712)	49.566	-	-	(193.146)	15.233	-	(177.913)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(230.880)	4.066	(205.881)	(432.695)	111.635	66.948	-	(254.112)	14.074	-	(240.038)
Total do passivo diferido	(3.217.380)	(124.056)	(205.881)	(3.547.317)	(211.253)	66.948	-	(3.691.622)	(90.999)	-	(3.782.621)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	40.704	37.661	(205.545)	(127.180)	(214.711)	184.416	1.524	(155.951)	48.717	8.043	(99.191)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	40.704			-				-			-
Ativo diferido líquido, não circulante											
Passivo diferido líquido, não circulante	-			(127.180)				(155.951)			(99.191)

	Consolidado											
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de Negócios (4)	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.16
Ativo diferido												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	93.546	(76.418)	-	17.128	9.391	-	-	-	26.519	(11.859)	-	14.660
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)												
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.459.838	93.042	-	1.552.880	151.617	-	208.321	-	1.912.818	87.027	-	1.999.845
Fornecedores e outras provisões	501.957	78.526	-	580.483	56.200	-	50.441	-	687.124	30.145	-	717.269
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	315.072	51.875	-	366.947	(30.761)	-	110.832	-	447.018	38.666	-	485.684
Carteira de clientes e marcas	311.141	-	-	311.141	87.051	-	-	-	398.192	32.644	-	430.836
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	169.706	2.789	-	172.495	(2.211)	-	120.346	-	290.630	(4.733)	-	285.897
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	156.225	3.809	-	160.034	(115.047)	-	-	-	44.987	(689)	-	44.298
Participação nos resultados	145.829	(54.060)	-	91.769	(8.441)	-	22.870	-	106.198	(43.867)	-	62.331
Depreciação acelerada contábil	15.375	567	-	15.942	(5.077)	-	-	-	10.865	(1.348)	-	9.517
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.893	(62)	-	10.831	(124)	-	-	-	10.707	13.557	-	24.264
Provisão para programa de fidelização	31.507	424	-	31.931	672	-	-	-	32.603	577	-	33.180
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	155.515	46.763	336	202.614	(263.903)	117.468	127.690	1.524	185.393	56.475	8.043	249.911
Total do ativo diferido	3.366.604	147.255	336	3.514.195	(120.633)	117.468	640.500	1.524	4.153.054	196.595	8.043	4.357.692
Passivo diferido												
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)												
Licença	(987.896)	(54.082)	-	(1.041.978)	(162.248)	-	-	-	(1.204.226)	(54.082)	-	(1.258.308)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(715.538)	(50.982)	-	(766.520)	(43.080)	-	-	-	(809.600)	(15.242)	-	(824.842)
Ágios da Vivo Part.	(689.077)	(36.800)	-	(725.877)	(167.126)	-	-	-	(893.003)	(50.982)	-	(943.985)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	13.742	-	(242.712)	49.566	-	-	-	(193.146)	15.233	-	(177.913)
Deságio na incorporação de ações	-	-	-	-	-	-	(22.838)	-	(22.838)	-	-	(22.838)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(235.287)	5.172	(205.881)	(435.996)	385.509	69.371	-	-	18.884	(18.884)	-	-
Total do passivo diferido	(3.221.787)	(122.950)	(205.881)	(3.550.618)	62.621	69.371	(22.838)	-	(3.441.464)	(123.957)	-	(3.565.421)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	144.817	24.305	(205.545)	(36.423)	(58.012)	186.839	617.662	1.524	711.590	72.638	8.043	792.271
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	144.817			90.757					711.590			792.271
Ativo diferido líquido, não circulante												
Passivo diferido líquido, não circulante	-			(127.180)					-			-

(1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) Refere-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

Notas Explicativas

- (3) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (4) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de combinações de negócios, sendo R\$610.873 da GVTPart. (nota 3) e R\$6.789 da TGLog (nota 11a).

Em 31 de março de 2016, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) nas controladas diretas e indiretas (Innoweb e GVTPart.) no montante de R\$3.480 (R\$481.203 em 31 de dezembro de 2015), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais controladas possam utilizar os benefícios destes.

A seguir, apresentamos os montantes do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 31 de março de 2016 e 2015.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	81	336	81	336
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	7.962	(205.881)	7.962	(205.881)
Total	8.043	(205.545)	8.043	(205.545)

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Depósitos judiciais				
Tributário	3.060.975	2.900.671	3.552.588	3.374.764
Trabalhista	1.046.766	1.062.118	1.118.720	1.128.935
Cível e regulatório	1.084.812	1.030.130	1.168.940	1.114.770
Total	5.192.553	4.992.919	5.840.248	5.618.469
Bloqueios judiciais	127.545	122.913	141.558	134.994
Total	5.320.098	5.115.832	5.981.806	5.753.463
Circulante	242.870	235.343	242.930	235.343
Não circulante	5.077.228	4.880.489	5.738.876	5.518.120

Em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$3.552.588 (R\$3.374.764 em 31 de dezembro de 2015). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

A Companhia e a TData possuem discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias ("DCTF"); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$35.864 (R\$35.272 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$167.638 (R\$164.482 em 31 de dezembro de 2015).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e a TData questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.029.357 (R\$1.008.771 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$69.984 (R\$67.996 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais ("SIEF"); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

A GVTPart. possui discussão judicial que envolve o direito de amortizar mensalmente a despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pela Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos (nota 3).

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$416.912 (R\$410.412 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$976.292 (R\$858.630 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premiações.

Notas Explicativas

A GVTPart. possui discussões judiciais que envolvem a cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$121.762 (R\$118.425 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre o Lucro Líquido ("ILL")

A Companhia possui discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal ("REFIS"), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$59.417 (R\$58.446 em 31 de dezembro de 2015).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$433.891 (R\$425.737 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.

A GVTPart. está envolvida em discussões judiciais para consignar em pagamento valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura, bem como sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$172.228 (R\$161.815 em 31 de dezembro de 2015).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$69.243 (R\$64.778 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Taxa fistel (1)	802.904	-	804.101	-
Propaganda e publicidade	192.490	228.672	192.490	228.672
Seguros	18.326	24.035	22.593	28.367
Aluguéis	31.054	43.022	31.054	43.022
Encargos financeiros	5.510	11.120	5.510	11.120
Manutenção de <i>software</i> , tributos e outras	106.143	39.108	152.270	75.874
Total	1.156.427	345.957	1.208.018	387.055
Circulante	1.129.960	317.325	1.179.752	356.446
Não circulante	26.467	28.632	28.266	30.609

(1) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento tendo como base o exercício de 2015, pagos em março de 2016 e que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Adiantamentos a empregados e fornecedores	152.249	72.635	119.484	81.615
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	1.097.424	288.702	993.934	162.308
Crédito com fornecedores	122.625	118.153	126.297	120.091
Subsídio na venda de aparelhos celulares	26.642	42.896	26.642	42.896
<i>Superávit</i> de planos de benefícios pós-emprego (nota 32)	8.710	8.391	9.057	8.724
Reembolso Vivendi cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA (nota 3)	11.487	84.598	11.487	84.598
Outros valores a realizar	38.697	42.971	40.160	51.199
Total	1.457.834	658.346	1.327.061	551.431
Circulante	1.406.443	603.118	1.269.185	488.632
Não circulante	51.391	55.228	57.876	62.799

11) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e de controle em conjunto, conforme segue:

TDData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros. Em 28 de outubro de 2015, a TDData adquiriu por R\$15.811 o controle da Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog").

GVTPart.: Controlada integral da Companhia. A GVTPart. é a controladora integral da GVT, empresa com sede no Brasil, tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A GVT atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Notas Explicativas

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 31.03.16					Em 31.12.15				
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controladas integrais		Controladas em Conjunto		
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	1.173.539	1.793.645	9	19.133	171.271	1.411.043	1.910.323	9	17.851	179.698
Ativo não circulante	383.245	9.349.829	-	11.620	-	409.595	9.329.733	-	11.824	-
Total do ativo	1.556.784	11.143.474	9	30.753	171.271	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Passivo circulante	642.547	1.837.460	3	4.799	105	707.352	1.924.230	1	4.394	100
Passivo não circulante	56.164	1.499.329	-	5.248	-	56.981	1.641.382	-	5.083	-
Patrimônio líquido	858.073	7.806.685	6	20.706	171.166	1.056.305	7.674.444	8	20.198	179.598
Total do passivo e patrimônio líquido	1.556.784	11.143.474	9	30.753	171.271	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Valor contábil do investimento	858.073	7.806.685	3	10.353	85.583	1.056.305	7.674.444	4	10.099	89.799

	Em 31.03.16					Em 31.03.15			
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto		
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Resumo da Demonstração de Resultados:									
Receita operacional líquida	618.216	1.531.692	15	9.653	-	600.324	15	9.653	-
Custos e despesas operacionais	(347.625)	(1.300.347)	(17)	(9.423)	(32)	(320.625)	(15)	(9.309)	(24)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	20.428	(41.146)	-	385	22	30.104	-	255	18
Imposto de renda e contribuição social	(99.856)	(57.958)	-	(107)	-	(105.585)	-	(129)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	191.163	132.241	(2)	508	(10)	204.218	-	470	(6)
Valor contábil do lucro líquido (prejuízo) do período, reconhecido como equivalência patrimonial	191.163	132.241	(1)	254	(5)	204.218	-	235	(3)

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldo em 31.12.14	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31.03.15	Adições	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Outros movimentos	Saldo em 31.12.15	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31.03.16
Participações	1.229.827	204.450	4.787	1.439.064	1.752.724	5.827.064	756.140	(950.026)	12.187	(6.502)	8.830.651	323.652	(389.395)	(4.211)	8.760.697
Controlada integral	1.153.151	204.218	-	1.357.369	1.752.724	5.827.064	754.336	(949.537)	(4.705)	(6.502)	8.730.749	323.404	(389.395)	-	8.664.758
TData	1.153.151	204.218	-	1.357.369	-	-	653.306	(949.537)	107	(4.940)	1.056.305	191.163	(389.395)	-	858.073
GVTPart.	-	-	-	-	1.752.724	5.827.064	101.030	-	(4.812)	(1.562)	7.674.444	132.241	-	-	7.806.685
Controladas em conjunto	76.676	232	4.787	81.695	-	-	1.804	(489)	16.892	-	99.902	248	-	(4.211)	95.939
Aliança	68.129	(3)	4.787	72.913	-	-	(6)	-	16.892	-	89.799	(5)	-	(4.211)	85.583
AIX	8.542	235	-	8.777	-	-	1.811	(489)	-	-	10.099	254	-	-	10.353
ACT	5	-	-	5	-	-	(1)	-	-	-	4	(1)	-	-	3
Ágios (1)	212.058	-	-	212.058	12.837.141	-	-	-	-	-	13.049.199	-	-	-	13.049.199
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	-	-	-	-	2.673.647	-	(212.064)	-	-	-	2.461.583	(67.641)	-	-	2.393.942
Outras participações	3.129	-	(989)	2.140	-	-	-	-	(881)	-	1.259	-	-	(238)	1.021
Outros investimentos (2)	3.129	-	(989)	2.140	-	-	-	-	(881)	-	1.259	-	-	(238)	1.021
Total de investimentos na controladora	1.445.014	204.450	3.798	1.653.262	17.263.512	5.827.064	544.076	(950.026)	11.306	(6.502)	24.342.692	256.011	(389.395)	(4.449)	24.204.859
Aliança	68.129	(3)	4.787	72.913	-	-	(6)	-	16.892	-	89.799	(5)	-	(4.211)	85.583
AIX	8.542	235	-	8.777	-	-	1.811	(489)	-	-	10.099	254	-	-	10.353
ACT	5	-	-	5	-	-	(1)	-	-	-	4	(1)	-	-	3
Outros investimentos (2)	3.129	-	(989)	2.140	-	-	-	-	(881)	-	1.259	-	-	(238)	1.021
Total de investimentos no consolidado	79.805	232	3.798	83.835	-	-	1.804	(489)	16.011	-	101.161	248	-	(4.449)	96.960

(1) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 3).

(2) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

Notas Explicativas

12) IMOBILIZADO, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Controladora							
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento
Taxa anual de depreciação (%)	10,00 a 14,29	5,00 a 14,29	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 25,00	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.14	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538
Adições	2.528	44.188	28.615	13.521	-	17.938	(2.916)	957.161
Baixas líquidas	(824)	(9.849)	(46)	(254)	(12)	(911)	1.156	(6.058)
Transferências líquidas	314.644	729.166	174.280	112.039	(1.386)	29.605	-	(1.362.330)
Depreciação (nota 24)	(120.088)	(346.738)	(231.065)	(141.493)	-	(53.993)	-	(893.377)
Saldo em 31.03.15	2.737.936	10.625.344	1.582.471	3.469.004	312.952	663.943	(158.352)	1.295.311
Adições	4.296	134.497	82.073	34.437	215	172.980	2.916	3.871.974
Baixas líquidas	(3.058)	(14.851)	(2.783)	(1.958)	(62)	(871)	159	(13.866)
Transferências líquidas	434.764	2.073.458	563.407	255.261	-	48.467	-	(3.381.651)
Depreciação	(377.897)	(1.138.419)	(694.375)	(385.212)	-	(173.434)	-	(2.769.337)
Saldo em 31.12.15	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768
Adições	1.364	18.503	19.535	9.877	-	39.406	(147)	748.128
Baixas líquidas (3)	(6)	(3.280)	(31)	(97.989)	-	(12)	-	(4.913)
Transferências líquidas	141.633	522.809	189.209	66.010	-	8.403	-	(987.883)
Depreciação (nota 24)	(126.917)	(396.449)	(223.445)	(120.308)	-	(60.095)	-	(927.214)
Saldo em 31.03.16	2.812.115	11.821.612	1.516.061	3.229.122	313.105	698.787	(155.424)	1.527.100
Em 31.03.16								
Custo	17.773.032	40.345.044	11.727.268	13.742.342	313.105	3.634.024	(155.424)	1.527.100
Depreciação acumulada	(14.960.917)	(28.523.432)	(10.211.207)	(10.513.220)	-	(2.935.237)	-	(67.144.013)
Total	2.812.115	11.821.612	1.516.061	3.229.122	313.105	698.787	(155.424)	1.527.100
Em 31.12.15								
Custo	17.688.862	39.825.516	11.530.512	13.870.397	313.105	3.591.962	(155.277)	1.771.768
Depreciação acumulada	(14.892.821)	(28.145.487)	(9.999.719)	(10.498.865)	-	(2.880.877)	-	(66.417.769)
Total	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento
Taxa anual de depreciação (%)	8,33 a 20,00	2,50 a 25,00	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 66,67	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.14	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738
Adições	2.528	44.188	29.734	13.521	-	22.364	(2.916)	954.285
Baixas líquidas	(824)	(9.849)	(46)	(254)	(12)	(911)	1.151	(6.359)
Transferências líquidas	314.644	729.166	174.280	112.039	(1.386)	29.605	-	(1.362.330)
Depreciação (nota 24)	(120.106)	(346.751)	(233.122)	(141.625)	-	(57.455)	-	(899.059)
Saldo em 31.03.15	2.738.159	10.625.516	1.599.183	3.470.616	312.952	709.156	(158.493)	1.300.334
Adições	185.509	841.677	379.516	50.607	215	227.785	(9.195)	3.893.833
Baixas líquidas	(3.638)	(7.697)	(13.786)	(4.258)	(62)	(11.639)	205	(16.786)
Transferências líquidas	577.204	2.013.299	579.305	126.882	-	154.764	-	(3.445.923)
Depreciação	(510.833)	(1.474.108)	(951.250)	(409.643)	-	(265.975)	-	(3.611.809)
Combinação de negócios (2)	972.558	4.978.317	1.553.141	421.747	2.600	252.361	(326.666)	119.276
Saldo em 31.12.15	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734
Adições	24.116	283.038	134.503	11.817	-	51.721	(147)	704.754
Baixas líquidas (3)	(1.639)	(5.438)	(379)	(96.809)	-	-	6.813	(3.585)
Transferências líquidas	101.801	562.864	181.663	64.787	-	10.396	-	(987.896)
Depreciação (nota 24)	(182.572)	(546.864)	(353.711)	(127.617)	-	(72.074)	-	(1.282.838)
Saldo em 31.03.16	3.900.665	17.270.604	3.108.185	3.508.129	315.705	1.056.495	(487.483)	1.564.007
Em 31.03.16								
Custo	19.715.411	48.255.562	14.823.941	14.152.036	315.705	4.540.213	(487.483)	1.564.007
Depreciação acumulada	(15.814.746)	(30.984.958)	(11.715.756)	(10.643.907)	-	(3.483.718)	-	(72.643.085)
Total	3.900.665	17.270.604	3.108.185	3.508.129	315.705	1.056.495	(487.483)	1.564.007
Em 31.12.15								
Custo	19.724.438	47.459.383	14.522.080	14.278.557	315.705	4.487.749	(494.149)	1.850.734
Depreciação acumulada	(15.765.479)	(30.482.379)	(11.375.971)	(10.622.606)	-	(3.421.297)	-	(71.667.732)
Total	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734

(1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(2) Referem-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$7.970.117 da GVTPart. (nota 3) e R\$3.217 da TGLog (nota 11a).

Notas Explicativas

- (3) As baixas líquidas de "Infraestrutura e Bens e Instalações em Andamento" para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2016, incluem o montante de R\$99.210 referente à transação de alienação de 1.655 torres de propriedade da Companhia para a Towerco Latam do Brasil Ltda, sociedade controlada direta da Telefônica.

b) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$164.404 (R\$163.802 em 31 de dezembro de 2015).

c) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

d) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia, prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.853.278 (R\$7.855.868 em 31 de dezembro de 2015), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

e) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

		Consolidado					
		31.03.16			31.12.15		
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5,00% a 8,33%	252.232	(28.426)	223.806	252.232	(25.033)	227.199
Infraestrutura	5,00%	6.674	(2.357)	4.317	6.674	(2.291)	4.383
Outros ativos	20,00%	116.945	(84.737)	32.208	116.945	(82.804)	34.141
Total		375.851	(115.520)	260.331	375.851	(110.128)	265.723

Notas Explicativas

13) INTANGÍVEL, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.14	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.072.787
Adições	-	121.638	-	-	-	29	81.397	203.064
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Transferências líquidas	-	115.511	-	-	-	-	(111.529)	3.982
Amortização (nota 24)	-	(193.756)	(62.141)	(21.052)	(228.630)	(43)	-	(505.622)
Saldo em 31.03.15	10.013.222	2.053.447	1.047.735	1.305.194	16.317.968	99	36.543	30.774.208
Adições	-	464.215	-	-	116	9.973	269.698	744.002
Baixas líquidas	-	(28)	-	-	-	-	-	(28)
Transferências líquidas	-	239.172	-	-	-	(3.108)	(229.770)	6.294
Amortização	-	(593.871)	(186.425)	(61.633)	(683.002)	(2.005)	-	(1.526.936)
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540
Adições	-	48.228	-	-	-	3.053	211.956	263.237
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências líquidas	-	245.617	-	-	-	-	(185.798)	59.819
Amortização (nota 24)	-	(206.421)	(62.142)	(21.051)	(228.573)	(233)	-	(518.420)
Saldo em 31.03.16	10.013.222	2.250.359	799.168	1.222.510	15.406.509	7.779	102.629	29.802.176
Em 31.03.16								
Custo	10.013.222	12.449.767	1.990.278	1.601.433	20.052.123	161.950	102.629	46.371.402
Amortização acumulada	-	(10.199.408)	(1.191.110)	(378.923)	(4.645.614)	(154.171)	-	(16.569.226)
Total	10.013.222	2.250.359	799.168	1.222.510	15.406.509	7.779	102.629	29.802.176
Em 31.12.15								
Custo	10.013.222	12.155.929	1.990.278	1.601.433	20.052.123	158.897	76.471	46.048.353
Amortização acumulada	-	(9.992.994)	(1.128.968)	(357.872)	(4.417.041)	(153.938)	-	(16.050.813)
Total	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540
Consolidado								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	5,00 a 20,00	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.14	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.287.424
Adições	-	121.646	-	-	-	29	81.397	203.072
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Transferências líquidas	-	115.511	-	-	-	-	(111.529)	3.982
Amortização (nota 24)	-	(194.202)	(62.141)	(21.052)	(228.630)	(43)	-	(506.068)
Saldo em 31.03.15	10.225.280	2.055.588	1.047.735	1.305.194	16.317.968	99	36.543	30.988.407
Adições	-	529.884	-	-	116	18.947	269.698	818.645
Baixas líquidas	-	(49)	-	-	-	-	-	(49)
Transferências líquidas	-	230.635	-	-	-	(6.396)	(229.770)	(5.531)
Amortização	-	(640.351)	(416.234)	(87.855)	(683.002)	(8.199)	-	(1.835.641)
Combinação de negócios (1)	12.837.141	210.016	2.523.000	59.000	-	12.203	-	15.641.360
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191
Adições	-	66.930	-	-	-	3.053	211.956	281.939
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	(14)	-	(14)
Transferências líquidas	-	244.752	-	-	-	-	(185.798)	58.954
Amortização (nota 24)	-	(225.401)	(148.321)	(30.885)	(228.573)	(423)	-	(633.603)
Saldo em 31.03.16	23.062.421	2.472.004	3.006.180	1.245.454	15.406.509	19.270	102.629	45.314.467
Em 31.03.16								
Custo	23.062.421	13.131.077	4.513.278	1.660.433	20.052.123	184.216	102.629	62.706.177
Amortização acumulada	-	(10.659.073)	(1.507.098)	(414.979)	(4.645.614)	(164.946)	-	(17.391.710)
Total	23.062.421	2.472.004	3.006.180	1.245.454	15.406.509	19.270	102.629	45.314.467
Em 31.12.15								
Custo	23.062.421	12.824.884	4.513.278	1.660.433	20.052.123	181.177	76.471	62.370.787
Amortização acumulada	-	(10.439.161)	(1.358.777)	(384.094)	(4.417.041)	(164.523)	-	(16.763.596)
Total	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191

(1) Refere-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$15.640.394 da GVTPart., inclui ágio (nota 3) e R\$966 da TGLog (nota 11a).

Notas Explicativas

b) Composição dos ágios

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (1)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (2)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (3)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (4)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (5)	-	12.837.141
Total	10.013.222	23.062.421

(1) Ágio gerado da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(2) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(3) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

(4) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.

(5) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 3).

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Salários e remunerações	53.074	27.512	95.356	58.201
Encargos e benefícios sociais	273.901	265.100	405.193	383.834
Participação de empregados nos resultados	99.703	205.124	114.225	232.404
Planos de remuneração baseados em ações (nota 32)	24.724	39.898	24.724	39.987
Outras indenizações	2.132	2.197	3.944	4.228
Total	453.534	539.831	643.442	718.654
Circulante	428.810	520.023	618.718	698.846
Não circulante	24.724	19.808	24.724	19.808

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Fornecedores diversos	5.968.926	6.374.471	6.932.229	7.438.202
Valores a repassar	149.804	148.793	176.420	165.648
Interconexão / interligação (1)	292.664	421.650	305.813	520.816
Partes relacionadas (nota 29)	644.874	552.033	361.057	316.311
Total	7.056.268	7.496.947	7.775.519	8.440.977
Circulante	7.056.268	7.496.947	7.707.777	8.373.235
Não circulante	-	-	67.742	67.742

(1) O montante registrado como não circulante refere-se à demanda judicial movida contra as operadoras de SMP em que a GVT pleiteia a redução do valor de VU-M. Em 15 de outubro de 2007, a GVT obteve liminar para proceder ao depósito judicial da diferença entre R\$0,2899 dos R\$ 0,3899 por minuto de ligação VC1 e o valor efetivamente cobrado pelas operadoras de SMP. Os valores correspondentes a tais depósitos estão reconhecidos no ativo no grupo de "Depósitos e bloqueios judiciais".

Notas Explicativas**16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Tributos sobre a renda	75.130	10.094	139.246	58.666
Imposto de renda e contribuição social a pagar	75.130	10.094	139.246	58.666
Tributos indiretos	1.177.231	1.222.615	1.718.031	1.744.354
ICMS	873.795	904.637	1.167.879	1.186.818
PIS e COFINS	212.902	215.235	381.699	382.123
Fust e Funttel	35.711	35.881	86.861	86.317
ISS, CIDE e outros tributos	54.823	66.862	81.592	89.096
Total	1.252.361	1.232.709	1.857.277	1.803.020
Circulante	1.194.959	1.175.293	1.771.395	1.716.002
Não circulante	57.402	57.416	85.882	87.018

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a ReceberComposição:

	Controladora	
	31.03.16	31.12.15
AIX	489	489
TData	18.156	18.156
Total	18.645	18.645

Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.15	18.645	489
Dividendos complementares de 2015 da TData	389.395	-
Recebimentos de dividendos e JSCP	(389.395)	-
Saldo em 31.03.16	18.645	489

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a PagarComposição:

	Controladora/Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Telefônica Internacional S.A.	567.754	455.371
Telefônica S.A.	606.565	471.238
SP Telecomunicações Participações Ltda	431.002	345.689
Telefônica Chile S.A.	1.201	964
Acionistas não controladores	995.248	936.100
Total	2.601.770	2.209.362

Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.15	2.209.362
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	456.450
Prescrição de dividendos e JSCP	(66.060)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(360)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	2.378
Saldo em 31.03.16	2.601.770

Notas Explicativas

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

	Controladora					Total
	Provisões para demandas judiciais				Provisão para desmantelamento	
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)	(2)	
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.379.898	1.197.471	277.608	246.929	5.115.032
Ingressos	89.660	114.783	147.021	-	20.828	372.292
Baixas por pagamento	(45.783)	-	(43.017)	-	-	(88.800)
Baixas por reversão	(12.272)	-	(40.709)	(6.889)	(5.997)	(65.867)
Atualização monetária	21.327	45.726	42.732	2.684	-	112.469
Saldos em 31.03.15	1.066.058	2.540.407	1.303.498	273.403	261.760	5.445.126
Ingressos	269.879	59.002	598.281	-	303.154	1.230.316
Baixas por pagamento	(229.868)	(76.471)	(302.698)	-	-	(609.037)
Baixas por reversão	(49.290)	(55)	(174.257)	(7.844)	(266.163)	(497.609)
Atualização monetária	83.713	162.041	135.934	21.424	-	403.112
Saldos em 31.12.15	1.140.492	2.684.924	1.560.758	286.983	298.751	5.971.908
Ingressos	94.483	143.588	163.338	-	3.394	404.803
Baixas por pagamento	(66.934)	(64.956)	(75.009)	-	-	(206.899)
Baixas por reversão	(3.673)	(166)	(50.379)	(1.179)	(1.012)	(56.409)
Atualização monetária	31.405	53.965	60.464	5.967	1.319	153.120
Saldos em 31.03.16	1.195.773	2.817.355	1.659.172	291.771	302.452	6.266.523
Em 31.03.16						
Circulante	122.656	-	817.133	-	-	939.789
Não circulante	1.073.117	2.817.355	842.039	291.771	302.452	5.326.734
Em 31.12.15						
Circulante	121.562	-	772.507	-	-	894.069
Não circulante	1.018.930	2.684.924	788.251	286.983	298.751	5.077.839

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais			Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório			
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.396.041	1.197.471	277.608	251.684	5.135.930
Ingressos	89.660	114.783	147.021	-	20.828	372.292
Baixas por pagamento	(45.783)	-	(43.017)	-	-	(88.800)
Baixas por reversão	(12.272)	-	(40.709)	(6.889)	(5.997)	(65.867)
Atualização monetária	21.327	46.091	42.732	2.684	-	112.834
Saldos em 31.03.15	1.066.058	2.556.915	1.303.498	273.403	266.515	5.466.389
Ingressos	298.646	87.662	640.917	23.311	310.346	1.360.882
Baixas por pagamento	(249.188)	(76.471)	(329.789)	-	-	(655.448)
Baixas por reversão	(50.861)	(55)	(180.198)	(7.844)	(266.164)	(505.122)
Atualização monetária	83.718	165.306	138.246	42.364	9.162	438.796
Combinação de negócios (3)	17.778	2.834	80.377	512.648	85.562	699.199
Saldos em 31.12.15	1.166.151	2.736.191	1.653.051	843.882	405.421	6.804.696
Ingressos	112.181	143.588	178.565	-	3.394	437.728
Baixas por pagamento	(72.691)	(79.127)	(84.788)	-	-	(236.606)
Baixas por reversão	(3.778)	(166)	(50.522)	(2.219)	(12.696)	(69.381)
Atualização monetária	31.483	50.941	61.547	5.595	629	150.195
Saldos em 31.03.16	1.233.346	2.851.427	1.757.853	847.258	396.748	7.086.632
Em 31.03.16						
Circulante	133.227	-	830.296	-	-	963.523
Não circulante	1.100.119	2.851.427	927.557	847.258	396.748	6.123.109
Em 31.12.15						
Circulante	128.652	-	785.725	-	-	914.377
Não circulante	1.037.499	2.736.191	867.326	843.882	405.421	5.890.319

- (1) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart. (nota 3).
- (2) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
- (3) Referem-se aos montantes decorrentes das combinações de negócios, sendo R\$697.160 da GVTPart. (nota 3) e R\$2.039 da TGLog (nota 11a).

18.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
<u>Natureza/Grau de Risco</u>				
Provisões prováveis	1.195.773	1.140.492	1.233.346	1.166.151
Contingências possíveis	225.626	226.731	340.887	340.643

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex- empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex- empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

Notas Explicativas

18.2) Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Provisões prováveis	2.705.741	2.684.924	2.851.427	2.736.191
Federais	2.689.927	2.539.050	2.710.969	2.559.770
Estaduais	111.614	127.505	122.988	156.444
Municipais	15.814	18.369	17.470	19.977
Contingências possíveis	25.304.772	23.790.290	28.739.314	26.620.066
Federais	5.446.575	5.164.158	6.448.954	5.908.994
Estaduais	12.010.852	11.317.423	13.852.553	12.921.976
Municipais	772.420	730.030	812.408	769.113
ANATEL	7.074.925	6.578.679	7.625.399	7.019.983

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas a: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST e FUNTTEL; (v) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vi) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (vii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (viii) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (ix) compensação de FINSOCIAL; (x) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xi) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; (xiii) Imposto sobre o lucro líquido; e (xiv) Contribuição constituída para o fomento da radiofusão (EBC).

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.710.969 (R\$2.559.770 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a: (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; (vi) *cobilling*; (vii) diferencial de alíquota; (viii) estorno de crédito de ICMS sobre ativo imobilizado; e (ix) ICMS sobre locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados).

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$122.988 (R\$156.444 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF"); e (iv) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$17.470 (R\$19.977 em 31 de dezembro de 2015).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (“STN”) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH; (xiii) ágio decorrente da compra da GVT Holding pela Vivendi; (xiv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (xv) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo) para clientes a título de comodato; (xvi) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado e serviço de assinatura mensal; (xvii) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (xviii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompanies* e operações de crédito; (xix) direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST e móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (xx) cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão); (xxi) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI; (xxii) PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa; e (xxiii) Contribuição constituída para o fomento da radiodifusão (EBC).

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$6.448.954 (R\$5.908.994 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem Speedy*; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo fixo entre as filiais; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) sobre assinatura; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$13.852.553 (R\$12.921.976 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional; (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$812.408 (R\$769.113 em 31 de dezembro de 2015).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.037.727 (R\$3.647.291 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$1.066.067 (R\$911.836 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de março de 2016, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.515.881 (R\$2.455.229 em 31 de dezembro de 2015), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 31 de março de 2016, o valor consolidado envolvido totalizava R\$5.724 (R\$5.627 em 31 de dezembro de 2015).

18.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.03.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.03.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões prováveis	<u>1.659.172</u>	<u>1.560.758</u>	<u>1.757.853</u>	<u>1.653.051</u>
Cíveis	1.021.838	965.730	1.068.818	1.010.356
Regulatórias	637.334	595.028	689.035	642.695
Contingências possíveis	<u>6.647.030</u>	<u>6.020.956</u>	<u>6.934.854</u>	<u>6.297.944</u>
Cíveis	2.612.820	2.488.761	2.714.647	2.581.838
Regulatórias	4.034.210	3.532.195	4.220.207	3.716.106

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de março de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$205.069 (R\$190.004 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de março de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$452.032 (R\$435.782 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$411.717 (R\$384.570 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia e a GVTPart. figuram como partes em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de março de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$689.035 (R\$642.695 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$448.580 em 31 de março de 2016 (R\$421.085 em 31 de dezembro de 2015). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes ("parte autora" ou "Associação") interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP. Em 7 de dezembro de 2015, o recurso da Associação foi desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça. A Associação opôs Embargos de Declaração.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em apertada síntese, restabelecimento ao "*status quo*" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando decisão de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário quanto a decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Em 13 de abril de 2015, o Recurso de Apelação da Companhia foi julgado, tendo por votação unânime, reformada a sentença de 1ª instância que havia condenado a Companhia ao pagamento de danos morais e materiais supostamente carreados a todos os consumidores afetados pelos "problemas" na prestação de serviço. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pelo Ministério Público contra os quais apresentamos contrarrazões.

Notas Explicativas

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2016, o montante consolidado era de R\$2.251.455 (R\$2.146.850 em 31 de dezembro de 2015).
- A TGLog é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri – SP pela alegação de não pagamento de duplicatas de prestação de serviços de transportes. A TGLog defende que realizou descontos de forma legítima em razão de descumprimentos contratuais e pelas perdas causadas por sinistros nas mercadorias de seus clientes transportadas pela autora, que também é discutida por outra ação. Em 31 de março de 2016, o montante era de R\$1.098 (R\$1.022 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de março de 2016 o montante consolidado era de R\$13.514 (R\$12.881 em 31 de dezembro de 2015).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas têm a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia e a GVTPart. mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de março de 2016 o montante consolidado de R\$4.220.207 (R\$3.716.106 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

18.4) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	31.03.16			31.12.15		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	164.404	5.981.806	2.762.978	163.802	5.753.463	2.750.864
Total	164.404	5.981.806	2.762.978	163.802	5.753.463	2.750.864

Em 31 de março de 2016, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$69.411 (R\$71.059 em 31 de dezembro de 2015).

19) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Serviços e mercadorias (1)	405.305	466.943	405.305	466.943
Alienação de ativos imobilizados (2)	228.430	87.906	228.430	87.906
Receita de habilitação (3)	65.391	70.507	67.232	72.737
Programa de fidelização (4)	97.591	95.893	97.591	95.893
Subvenções governamentais (5)	132.115	133.099	132.115	133.099
Doações de equipamentos (6)	8.220	8.281	8.220	8.281
Outras receitas (7)	56.388	58.935	58.886	58.935
Total	993.440	921.564	997.779	923.794
 Circulante	 527.187	 562.601	 531.371	 564.557
Não circulante	466.253	358.963	466.408	359.237

- (1) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.
- (2) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2016, inclui o montante de R\$140.846 referente à transação de alienação de torres de propriedade da Companhia para a Towerco Latam Brasil Ltda, sociedade controlada direta pela Telefônica (nota 29).
- (3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.

Notas Explicativas

- (5) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (6) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (7) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E CONTRAPRESTAÇÃO CONTINGENTE

a) Composição

Informações em 31 de março de 2016				Controladora					
				31.03.16			31.12.15		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				837.580	5.010.367	5.847.947	1.740.266	5.075.504	6.815.770
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				471.221	943.233	1.414.454	473.807	1.034.754	1.508.561
Financiamento – BNDES	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 9%	15/07/19	343.452	829.594	1.173.046	328.989	898.735	1.227.724
Financiamento – BNDES	R\$	2,5 a 5,5%	15/01/23	89.941	113.639	203.580	90.779	136.019	226.798
Financiamento – BNB	R\$	10,00%	30/10/16	37.828	-	37.828	54.039	-	54.039
Financiamento – Fornecedores	R\$	108% do CDI	22/10/16	237.251	-	237.251	1.113.244	-	1.113.244
Arrendamento Financeiro	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	33.850	255.301	289.151	32.291	239.239	271.530
Debêntures				95.258	3.428.231	3.523.489	120.924	3.423.790	3.544.714
4ª emissão – Série 3	R\$	IPCA+4,00%	15/10/19	650	34.885	35.535	292	33.172	33.464
1ª emissão – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	94.212	94.212	-	91.608	91.608
3ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,75%	10/09/17	15.576	1.999.699	2.015.275	87.217	1.999.645	2.086.862
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68%	25/04/18	79.032	1.299.435	1.378.467	33.415	1.299.365	1.332.780
Contraprestação Contingente	R\$			-	383.602	383.602	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				177.962	1.341.078	1.519.040	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				177.962	1.341.078	1.519.040	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento – BNDES	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	149.204	364.284	513.488	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	28.758	976.794	1.005.552	31.798	1.056.052	1.087.850
Total				1.015.542	6.351.445	7.366.987	1.931.961	6.565.777	8.497.738
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				920.284	2.539.612	3.459.896	1.811.037	2.764.266	4.575.303
Debêntures				95.258	3.428.231	3.523.489	120.924	3.423.790	3.544.714
Contraprestação Contingente				-	383.602	383.602	-	377.721	377.721
Total				1.015.542	6.351.445	7.366.987	1.931.961	6.565.777	8.497.738

Notas Explicativas

				Consolidado					
Informações em 31 de março de 2016				31.03.16			31.12.15		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.141.528	6.261.160	7.402.688	2.151.296	6.388.026	8.539.322
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				771.730	2.175.390	2.947.120	765.601	2.325.920	3.091.521
Financiamento – BNDES	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 9%	15/01/23	587.456	1.713.444	2.300.900	571.223	1.838.275	2.409.498
Financiamento – BNDES	R\$	2,5 a 5,5%	15/01/23	108.507	270.017	378.524	106.008	298.634	404.642
Financiamento – BNDES	R\$	IPCA + 2,95% + TR	15/07/16	32.483	-	32.483	30.722	-	30.722
Financiamento – BNDES	R\$	SELIC ACUM. D-2 + 2,32%	15/01/23	705	151.594	152.299	710	146.815	147.525
Financiamento – BNB	R\$	7,0% a 10%	18/08/22	42.579	40.335	82.914	56.938	42.196	99.134
Financiamento – Fornecedores	R\$	108% do CDI	22/10/16	237.251	-	237.251	1.228.682	-	1.228.682
Arrendamento Financeiro	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	37.289	273.937	311.226	36.089	260.595	296.684
Debêntures				95.258	3.428.231	3.523.489	120.924	3.423.790	3.544.714
4ª emissão – Série 3	R\$	IPCA+4,00%	15/10/19	650	34.885	35.535	292	33.172	33.464
1ª emissão – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	94.212	94.212	-	91.608	91.608
3ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,75%	10/09/17	15.576	1.999.699	2.015.275	87.217	1.999.645	2.086.862
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68%	25/04/18	79.032	1.299.435	1.378.467	33.415	1.299.365	1.332.780
Contraprestação Contingente	R\$			-	383.602	383.602	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				177.962	1.341.078	1.519.040	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				177.962	1.341.078	1.519.040	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento – BNDES	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	149.204	364.284	513.488	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	28.758	976.794	1.005.552	31.798	1.056.052	1.087.850
Comissão BBVA	R\$			-	-	-	-	-	-
Total				1.319.490	7.602.238	8.921.728	2.342.991	7.878.299	10.221.290
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				1.224.232	3.790.405	5.014.637	2.222.067	4.076.788	6.298.855
Debêntures				95.258	3.428.231	3.523.489	120.924	3.423.790	3.544.714
Contraprestação Contingente				-	383.602	383.602	-	377.721	377.721
Total				1.319.490	7.602.238	8.921.728	2.342.991	7.878.299	10.221.290

- (1) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (2) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (3) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

b) Empréstimos e Financiamentos

A seguir descrevemos algumas informações dos empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

- Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$1.360.455 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito “B” no valor de R\$406.206 (UMBND + 2,38% a.a.), subcrédito “C” no valor de R\$282.149 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito “D” no valor de R\$80.948 (TJLP + 4,08% a.a.) e o subcrédito “E” no valor de R\$22.340 (TJLP), prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após esse período são pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O saldo destes contratos em 31 de março de 2016 era de R\$1.686.514, sendo R\$1.173.026 em TJLP e R\$513.488 em UMBND (R\$1.821.621, sendo R\$1.227.503 em TJLP e R\$594.118 em UMBND em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

- Entre 17 de agosto de 2009 e 3 de dezembro de 2009, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de até R\$319.927, com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de juros e amortização do principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de março de 2012, após um período de 2 anos de carência. Estes recursos foram obtidos através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de março de 2016 era de R\$87.987 (R\$92.480 em 31 de dezembro de 2015).

- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$29.066, com taxas de 5,5% a.a., TJLP + 5,7% a.a. e TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com pagamento de juros e amortização do principal em 48 prestações mensais e sucessivas desde 15 de janeiro de 2012, após um período de 1 ano de carência. Em 15 de dezembro de 2015, houve a liquidação total da linha contratada em 24 de novembro de 2010; em 15 de janeiro de 2016, houve a liquidação total da linha contratada em 15 de dezembro de 2010; e em 15 de fevereiro de 2016, houve a liquidação total de duas linhas contratadas em 8 de fevereiro de 2011. Em 15 de dezembro de 2011, foram aprovados R\$11.097, com taxas de 5,0% a.a. e 8,7% a.a., prazo total de 36 meses, com pagamento de juros e amortização do principal em 30 prestações mensais e sucessivas até a liquidação ocorrida em 15 de março de 2015. Em 12 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência e pagamento de juros e amortização do principal em 30 prestações mensais e sucessivas até a liquidação ocorrida em 15 de dezembro de 2015.

O saldo destes contratos em 31 de março de 2016 era de R\$93, sendo R\$74 em taxas fixas e R\$19 em TJLP (R\$1.100, sendo R\$879 em taxas fixas e R\$221 em TJLP em 31 de dezembro de 2015).

- Em 28 de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417, readequada posteriormente para R\$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de fevereiro de 2013, após um período de 2 anos de carência, através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de março de 2016 era de R\$1.183 (R\$1.243 em 31 de dezembro de 2015).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R\$353.483, readequadas posteriormente para R\$225.467, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de março de 2016 era de R\$111.671 (R\$129.224 em 31 de dezembro de 2015).

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de março de 2016 era de R\$2.666 (R\$2.972 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

- Em 12 de dezembro de 2008, foi aprovado um crédito de R\$615.909 para a GVT, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$158.520 (IPCA + TR + 2,95% a.a.) prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 6 prestações anuais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. O subcrédito "B" no valor de R\$369.880 (TJLP + 2,95% a.a.) e o subcrédito "C" no valor de R\$87.509 (TJLP + 2,05% a.a.), prazo total de 9 anos, com pagamento de juros e amortização do principal em 72 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia e os recursos foram destinados a investimentos em produtos e serviços de produção nacional. Em 21 de junho de 2010, a GVT recebeu autorização do BNDES referente a solicitação para liquidação antecipada parcial deste contrato. Os valores apresentados nesta nota consideram a liquidação parcial executada em 15 de julho de 2010 mais as amortizações contratuais e regulares que se iniciaram em 15 de julho de 2011.

O saldo destes contratos em 31 de março de 2016 era de R\$104.999, sendo R\$32.483 em IPCA+TR e R\$72.516 em TJLP (R\$117.434, sendo R\$30.722 em IPCA+TR e R\$86.712 em TJLP em 31 de dezembro de 2015).

- Em 9 de novembro de 2011, a GVT celebrou o segundo contrato de financiamento junto ao BNDES, obtendo recursos destinados à complementação do plano de investimentos para o triênio 2011-2013, visando a expansão nas áreas de atuação atuais para novas áreas, modernização dos serviços de telecomunicação e *internet*, além do lançamento de novos serviços. O valor total do contrato é de R\$1.184.107, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$875.365 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito "B" no valor de R\$222.703 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito "C" no valor de R\$81.177 (5% a.a.) e o subcrédito "D" no valor de R\$4.862 (TJLP), prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após esse período são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas para os subcréditos "A", "B" e "D" e para o subcrédito "C" amortização em 63 parcelas mensais e sucessivas. A Companhia realizou os saques referentes a este contrato e o valor remanescente de R\$45.490, foi cancelado em 9 de abril de 2014 (subcrédito "B" R\$40.929 e subcrédito "C" R\$4.561).

O saldo deste contrato em 31 de março de 2016 era de R\$844.009, sendo R\$790.384 em TJLP e R\$53.625 em taxas fixas (R\$889.654, sendo R\$832.372 em TJLP e R\$57.282 em taxas fixas em 31 de dezembro de 2015).

- Em 30 de dezembro de 2014 a GVT celebrou o terceiro contrato de financiamento junto ao BNDES obtendo recursos a serem destinados para o plano de investimentos para o triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação atuais e para novas expansões da companhia. O valor total do financiamento é de R\$ 1.000.293, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$297.486 (TJLP + 3,12% a.a.), subcrédito "B" no valor de R\$297.486 (Selic + 2,32% a.a.), subcrédito "C" no valor de R\$105.332 (6% a.a.), o subcrédito "D" no valor de R\$94.668 (4% a.a.), subcrédito "E" no valor de R\$195.749 (TJLP + 2,32% a.a.) e o subcrédito "F" no valor de R\$9.572 (TJLP) prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018 para os subcréditos "A", "B", "D", "E" e "F". Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, sendo a última em 15 de janeiro de 2023. Para o subcrédito "C" amortização em 60 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2022.

Durante o ano de 2015, a GVT realizou dois saques referentes a este contrato, sendo, no 1º e 2º semestres nos montantes de R\$340.448 e R\$170.000, respectivamente.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2016 era de R\$538.572, sendo R\$264.955 em TJLP, R\$152.299 em Selic e R\$121.318 em taxas fixas (R\$530.777, sendo R\$262.690 em TJLP, R\$147.525 em Selic e R\$120.562 em taxas fixas em 31 de dezembro de 2015).

- Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES descritos anteriormente, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de março de 2016 de R\$43.922 (R\$47.346 em 31 de dezembro de 2015), nota 19.

Notas Explicativas

Banco do Nordeste ("BNB")

- Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, a Companhia contratou linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamento de juros e amortização do principal em 78 e 72 parcelas, respectivamente, após o prazo de 2 anos de carência. A totalidade destas linhas foi sacada e os recursos destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. Em 29 de janeiro de 2015 foi liquidada a primeira linha de financiamento.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2016 era de R\$37.828 (R\$54.039 em 31 de dezembro de 2015).

- Em 18 de agosto de 2014, a GVT contratou linhas de financiamento nos montantes de R\$31.619 e R\$115.014, com taxas de 7,06% a.a. e 8,24% a.a., respectivamente, prazo total de 8 anos, com pagamento de juros e amortização do principal em 72 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência a vencer em 18 de setembro de 2016. Em 17 de abril de 2015, foi feita a captação parcial no valor total de R\$5.719 referente à primeira linha e R\$38.959 referente à segunda linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2016 era de R\$45.086 (R\$45.095 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução 4131

Entre 10 de novembro e 23 de dezembro de 2015 foram tomados empréstimos em moeda estrangeira (dólar) sob o amparo da Resolução 4131 do Banco Central do Brasil. O montante de US\$285 milhões foi contratado junto às instituições financeiras *Scotiabank* e *Bank of America*, respectivamente, com taxas de 2,05% e Libor + 2% a.a. e vencimentos de até 2 anos. Para cada uma destas operações, foram contratados derivativos para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por serem *hedges* efetivos, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de março de 2016 o risco coberto destes instrumentos foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

O saldo destes contratos em 31 de março de 2016 era de R\$1.005.552 (R\$1.087.850 em 31 de dezembro de 2015).

Financiamento – Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento de até 365 dias a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos. Em 31 de março de 2016 o montante reconhecido no passivo circulante da Companhia era de R\$237.251 (R\$1.228.682 em 31 de dezembro de 2015) e seu custo líquido médio equivalente a 108% do CDI.

c) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia e controladas obtêm os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referem-se a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Notas Explicativas

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Valor nominal a pagar	742.737	735.643	788.817	761.073
Despesa financeira não realizada	(453.586)	(464.113)	(477.591)	(464.389)
Valor presente a pagar	289.151	271.530	311.226	296.684
Circulante	33.850	32.291	37.289	36.089
Não circulante	255.301	239.239	273.937	260.595

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de março de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	36.678	33.850	40.518	37.289
Mais de um ano até cinco anos	152.953	107.315	168.313	117.305
Mais de cinco anos	553.106	147.986	579.986	156.632
Total	742.737	289.151	788.817	311.226

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

d) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico foram emitidas: (i) 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210, pelo atendimento a 15 localidades; (ii) 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390, pelo atendimento a 42 localidades; e (iii) 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, pelo atendimento a 77 localidades, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais. Trata-se de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

O saldo em 31 de março de 2016 era de R\$94.212 (R\$91.608 em 31 de dezembro de 2015).

Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Notas Explicativas

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

1ª Série: Foram emitidas 98.000 debêntures na 1ª série. Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 1ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150, sendo que a Companhia recomprou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R\$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

Em 15 de outubro de 2014, ocorreu a segunda repactuação das debêntures da 1ª série em conformidade com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. Considerando a não aprovação das novas condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 1ª Série, a Companhia, conforme condições previstas na Escritura, exerceu seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento desta série.

2ª Série: Foram emitidas 640.000 debêntures na 2ª série. Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu a segunda repactuação das debêntures da 2ª série de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de setembro de 2015. Considerando a não aprovação das novas condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 2ª Série, a Companhia, conforme condições previstas na Escritura, exerceu o seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 2ª série em 13 de novembro de 2015, para posterior cancelamento desta série.

3ª Série: Foram emitidas 72.000 debêntures na 3ª série. Em 15 de outubro de 2014, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 3ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. O valor total repactuado foi de R\$31.489, sendo que a Companhia recomprou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R\$64.755 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

O saldo em 31 de março de 2016 era de R\$35.535 (R\$33.464 em 31 de dezembro de 2015).

Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando o montante de R\$2 bilhões.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de março de 2016 era de R\$248 (R\$355 em 31 de dezembro de 2015), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Notas Explicativas

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de março de 2016 era de R\$2.015.275 (R\$2.086.862 em 31 de dezembro de 2015).

Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor de R\$1,3 bilhão.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,68% ao ano, base de 252 dias úteis.

Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de março de 2016 eram de R\$565 (R\$635 em 31 de dezembro de 2015).

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de março de 2016 era de R\$1.378.467 (R\$1.332.780 em 31 de dezembro de 2015).

e) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart (nota 3) é de R\$344.217, registrado como "Depósitos Judiciais, não circulante" na GVT. Este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente pela GVT e pela Companhia, utilizando o índice SELIC.

O saldo da contraprestação contingente em 31 de março de 2016 era de R\$383.602 (R\$377.721 em 31 de dezembro de 2015).

f) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 31 de março de 2016 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2017	1.559.699	1.999.699	31.195	-	3.590.593
2018	534.617	1.352.022	29.238	-	1.915.877
2019	189.995	48.760	27.452	-	266.207
2020	-	13.875	19.430	-	33.305
2021 em diante	-	13.875	147.986	383.602	545.463
Total	2.284.311	3.428.231	255.301	383.602	6.351.445

Notas Explicativas

Ano	Consolidado				Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	
2017	1.805.689	1.999.699	34.208	-	3.839.596
2018	844.385	1.352.022	31.877	-	2.228.284
2019	493.482	48.760	29.764	-	572.006
2020	186.657	13.875	21.456	-	221.988
2021 em diante	186.255	13.875	156.632	383.602	740.364
Total	3.516.468	3.428.231	273.937	383.602	7.602.238

g) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 20b) e 20d), respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de março de 2016 era de R\$3.174.096 (R\$3.359.288 em 31 de dezembro de 2015), possui índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nestas datas, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão (série 3), da 3ª emissão (série única, líquida dos custos de emissão) e da 4ª emissão (série única, líquida dos custos de emissão) cujos saldos somados em 31 de março de 2016 eram de R\$3.429.277 (R\$3.453.106 em 31 de dezembro de 2015), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nestas datas, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 31 de março de 2016 era de R\$94.212 (R\$91.608 em 31 de dezembro de 2015), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nestas datas, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

h) Garantias

Em 31 de março de 2016, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da GVT, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Credores	Saldos	Garantias
BNDES	R\$1.173.045 (URTJLP) R\$513.488 (UMBND) R\$203.581 (PSI)	- Contrato (2011): Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. - Contrato PSI (Pré): alienação dos ativos financiados.
	----- R\$1.127.855 (URTJLP) R\$152.299 (UMSELIC) R\$32.483 (UMIPCA) R\$174.943 (Pré)	Contratos da GVT (2008, 2011 e 2014): Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior
BNB	R\$37.828	- Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. - Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$29.943 e R\$29.010 em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.
	----- R\$45.086	Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$10.110 e R\$9.795 em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

i) Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

Notas Explicativas

	Controladora					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	12.157	-	1.395	-	-	13.552
Subvenção governamental (nota 19)	(1.548)	-	-	-	-	(1.548)
Encargos financeiros	79.250	124.795	9.850	-	-	213.895
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Atualização monetária e cambial	172.385	-	-	-	-	172.385
Baixas (pagamentos)	(1.090.741)	(117.852)	(5.531)	-	-	(1.214.124)
Saldo em 31.03.15	2.573.756	4.173.730	236.058	-	-	6.983.544
Ingressos	1.103.053	-	48.235	1.113.267	-	2.264.555
Subvenção governamental (nota 19)	(58)	-	-	-	-	(58)
Encargos financeiros	105.276	404.217	11.160	18.911	33.504	573.068
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Atualização monetária e cambial	115.288	-	-	-	-	115.288
Baixas (pagamentos)	(706.786)	(1.033.604)	(23.923)	(18.934)	-	(1.783.247)
Combinação de negócios (nota 3)	-	-	-	-	344.217	344.217
Saldo em 31.12.15	3.190.529	3.544.714	271.530	1.113.244	377.721	8.497.738
Ingressos	-	-	2.675	114.426	-	117.101
Encargos financeiros	97.850	120.951	22.240	6.527	5.881	253.449
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Atualização monetária e cambial	(140.245)	-	-	-	-	(140.245)
Baixas (pagamentos)	(214.640)	(142.300)	(7.294)	(996.946)	-	(1.361.180)
Saldo em 31.03.16	2.933.494	3.523.489	289.151	237.251	383.602	7.366.987

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	12.157	-	1.395	-	-	13.552
Subvenção governamental (nota 19)	(1.548)	-	-	-	-	(1.548)
Encargos financeiros	79.250	124.795	9.850	-	-	213.895
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Atualização monetária e cambial	172.385	-	-	-	-	172.385
Baixas (pagamentos)	(1.090.741)	(117.852)	(5.531)	-	-	(1.214.124)
Saldo em 31.03.15	2.573.756	4.173.730	236.058	-	-	6.983.544
Ingressos	1.273.053	-	73.389	1.132.357	-	2.478.799
Subvenção governamental (nota 19)	(58)	-	-	-	-	(58)
Encargos financeiros	229.000	404.217	11.160	29.243	33.504	707.124
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Atualização monetária e cambial	988.994	-	-	-	-	988.994
Baixas (pagamentos)	(7.178.704)	(1.033.604)	(23.923)	(102.499)	-	(8.338.730)
Combinação de negócios (nota 3)	6.887.448	-	-	169.581	344.217	7.401.246
Saldo em 31.12.15	4.773.489	3.544.714	296.684	1.228.682	377.721	10.221.290
Ingressos	-	-	2.675	114.426	-	117.101
Encargos financeiros	137.478	120.951	23.001	6.632	5.881	293.943
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Atualização monetária e cambial	(140.245)	-	-	-	-	(140.245)
Baixas (pagamentos)	(304.562)	(142.300)	(11.134)	(1.112.489)	-	(1.570.485)
Saldo em 31.03.16	4.466.160	3.523.489	311.226	237.251	383.602	8.921.728

Notas Explicativas

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Licenças de autorização (1)	987.665	952.651	987.665	952.651
Grupamento e fracionamento de ações (2)	32.088	32.252	32.088	32.252
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	166.161	181.337	125.182	121.986
Ônus de renovação de licenças (3)	177.222	151.496	177.222	151.496
Retenções de terceiros (4)	178.567	173.154	197.236	196.626
Valores a restituir a assinantes	130.149	110.205	133.151	113.354
Permuta de fibras ópticas e PPDUR (5)	-	-	15.579	18.560
Outras obrigações	70.085	67.625	100.470	89.654
Total	1.741.937	1.668.720	1.768.593	1.676.579
Circulante	1.507.129	1.006.901	1.507.668	1.010.657
Não circulante	234.808	661.819	260.925	665.922

- (1) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituíram a EAD, empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.
- (2) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações (ordinárias e preferencias) decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.
- (3) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.
- (4) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.
- (5) Permuta de fibra óptica: refere-se ao recebimento de cabo de fibras ópticas, instalados na região sul do Brasil. O montante original desse contrato foi registrado no ativo imobilizado. A realização dessa obrigação ocorre pela prestação de serviços no prazo contratual de 17 anos, desde o ano de 2002, não havendo incidência de juros sobre o saldo remanescente. O saldo total a pagar pela GVT em 31 de março de 2016 era de R\$7.042 (R\$7.717 em 31 de dezembro de 2015).

Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR): A legislação de telecomunicações previa que o preço pago por uma Licença-Espelho incluía o direito de utilizar as frequências necessárias para cumprir as metas de expansão durante 20 anos, sem custo adicional. Entretanto, a ANATEL incluiu na licitação das Empresas-Espelho da Região II disposição prevendo que, se o preço pago pelo vencedor for menor do que o preço da utilização das frequências, a diferença deveria ser paga pelo vencedor. Em novembro de 2014, após discussões judiciais entre a GVT e ANATEL, foi concedido e deferido o REFIS com desconto de R\$16.217, finalizando um montante a pagar de R\$18.530, sendo quitado 15% do parcelamento (R\$ 2.780) e o saldo remanescente foi acordado em 30 parcelas. O saldo total a pagar em 31 de março de 2016 era de R\$8.537 (R\$10.843 em 31 de dezembro de 2015).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$63.571.416. O capital subscrito e integralizado era representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	%, exceto ações em tesouraria
Acionistas							
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%	73,69%
Telefônica Internacional S.A.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%	24,12%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%	29,81%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%	19,70%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%	0,06%
Acionistas não controladores	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%	26,31%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%	26,31%
Total de ações em circulação	569.354.053	99,60%	1.119.339.972	100,00%	1.688.694.025	99,86%	100,00%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	734	0,00%	2.290.898	0,14%	0,00%
Total de ações	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%	100,00%

Valor Patrimonial por ação em circulação:

Em 31.03.16

R\$ 41,03

Em 31.12.15

R\$ 40,60

Notas Explicativas

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio na Aquisição de Participação Societária

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$75.388.

c) Reservas de Capital

c.1) Outras Reservas de Capital

Esta rubrica inclui o montante de R\$63.074, referente ao benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

Inclui também, o montante de R\$1.372.683, referente ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão e os custos diretos (líquidos de tributos) relacionados a aumentos de capital ocorridos durante o exercício de 2015.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.435.757.

c.2) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes do processo de aquisição e incorporação de ações da GVTPart., encerrado em 30 de junho de 2015. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart. (nota 3), bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia e consequente conversão da GVTPart. em subsidiária integral da Companhia, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive).

Em decorrência deste processo, a Companhia efetuou o pagamento de R\$87.805 aos acionistas que exerceram o direito de recesso, incluindo no caso de acionistas que solicitaram o levantamento de balanço especial, representando 2.290.989 ações, sendo 2.290.164 ações ordinárias e 734 ações preferenciais.

Notas Explicativas

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$87.805.

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.703.643.

d.2) Reserva Especial para Expansão e Modernização

Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76 e, baseado em orçamento de capital a ser submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO"), em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu a reserva especial para expansão e modernização no montante de R\$700.000, a qual será utilizada para o custeio parcial do orçamento de capital para o exercício de 2016.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$700.000.

d.3) Reserva para Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2016 era de R\$9.282 (R\$6.928 em 31 de dezembro de 2015).

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

e.1) Dividendos Adicional Proposto

De acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia classificou R\$1.287.223 como dividendos adicionais propostos. Esta proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a realizar-se no 2º trimestre de 2016.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.287.223.

e.2) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários

Em reuniões realizadas em 19 de fevereiro e 18 de março de 2016, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, as declarações de juros sobre o capital próprio intermediários que, conforme previsto no artigo 27, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2016, conforme segue:

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
19/02/2016	29/02/2016	Até 31/12/17	63.239	136.761	200.000	53.753	116.247	170.000	0,094411	0,103853
18/03/2016	31/03/2016	Até 31/12/17	106.559	230.441	337.000	90.575	195.875	286.450	0,159083	0,174992
			<u>169.798</u>	<u>367.202</u>	<u>537.000</u>	<u>144.328</u>	<u>312.122</u>	<u>456.450</u>		

(1) Valores calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte.

Notas Explicativas

e.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2016, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos no montante de R\$66.060.

f) Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. A variação deve-se principalmente pela realização dos derivativos relacionados com o processo de aquisição e pagamento da GVTPart., ocorrida em maio de 2015 (nota 3).

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.14	(7.702)	227.821	12.346	232.465
Variação cambial	-	-	4.787	4.787
Ingressos de contratos futuros	-	399.652	-	399.652
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(653)	-	-	(653)
Saldos em 31.03.15	(8.355)	627.473	17.133	636.251
Variação cambial	-	-	16.892	16.892
Ganhos de contratos futuros incluídos no resultado	-	(249.721)	-	(249.721)
Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> reclassificados para ágio	-	(377.373)	-	(377.373)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(581)	-	-	(581)
Saldos em 31.12.15	(8.936)	379	34.025	25.468
Variação cambial	-	-	(4.211)	(4.211)
Ingressos de contratos futuros	-	(15.456)	-	(15.456)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(157)	-	-	(157)
Saldos em 31.03.16	(9.093)	(15.077)	29.814	5.644

g) Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social.

Até 31 de março de 2016 não ocorreu aquisições de ações dentro do programa de recompra de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

Notas Explicativas

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015
Receita operacional bruta	12.673.748	12.765.097	15.998.645	13.435.931
Serviços de Telecomunicações (1)	11.908.063	11.900.517	15.197.400	12.514.702
Venda de mercadorias e aparelhos	765.685	864.580	801.245	921.229
Deduções da receita operacional bruta	(4.315.635)	(4.343.816)	(5.567.249)	(4.452.853)
Serviços de Telecomunicações	(3.851.861)	(3.818.321)	(5.100.726)	(3.921.922)
Tributos	(3.125.534)	(3.001.620)	(3.695.995)	(3.103.871)
Descontos concedidos	(726.327)	(816.701)	(1.404.731)	(818.051)
Venda de mercadorias e aparelhos	(463.774)	(525.495)	(466.523)	(530.931)
Tributos	(138.135)	(126.279)	(140.884)	(131.715)
Descontos concedidos e devoluções	(325.639)	(399.216)	(325.639)	(399.216)
Receita operacional líquida	8.358.113	8.421.281	10.431.396	8.983.078

(1) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015 foram de R\$210.636 e R\$42.605, respectivamente (nota 24). Incluem serviços de telefonia, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	1º Trimestre de 2016				1º Trimestre de 2015			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(134.415)	(423.351)	(111.532)	(669.298)	(116.968)	(417.252)	(99.752)	(633.972)
Serviços de terceiros	(975.865)	(1.409.516)	(282.488)	(2.667.869)	(922.603)	(1.436.396)	(194.620)	(2.553.619)
Interconexão e uso de rede	(530.466)	-	-	(530.466)	(694.020)	-	-	(694.020)
Publicidade e propaganda	-	(168.944)	-	(168.944)	-	(203.066)	-	(203.066)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(471.772)	(40.393)	(37.375)	(549.540)	(432.614)	(36.282)	(44.119)	(513.015)
Impostos, taxas e contribuições	(418.404)	(1.135)	(13.807)	(433.346)	(467.554)	(928)	3.363	(465.119)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(276.665)	-	(276.665)	-	(304.662)	-	(304.662)
Depreciação e amortização (2)	(1.121.383)	(228.384)	(92.681)	(1.442.448)	(1.085.836)	(227.617)	(85.546)	(1.398.999)
Custo das mercadorias vendidas	(494.598)	-	-	(494.598)	(549.956)	-	-	(549.956)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(10.348)	(33.972)	(768)	(45.088)	(19.411)	(55.960)	(367)	(75.738)
Total	(4.157.251)	(2.582.360)	(538.651)	(7.278.262)	(4.288.962)	(2.682.163)	(421.041)	(7.392.166)

	Consolidado							
	1º Trimestre de 2016				1º Trimestre de 2015			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(282.270)	(501.572)	(136.623)	(920.465)	(122.222)	(418.246)	(100.165)	(640.633)
Serviços de terceiros	(1.455.936)	(1.501.587)	(321.875)	(3.279.398)	(1.119.085)	(1.442.092)	(202.251)	(2.763.428)
Interconexão e uso de rede	(556.381)	-	-	(556.381)	(695.410)	-	-	(695.410)
Publicidade e propaganda	-	(220.706)	-	(220.706)	-	(203.066)	-	(203.066)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(570.841)	(49.640)	(37.941)	(658.422)	(434.158)	(36.282)	(44.115)	(514.555)
Impostos, taxas e contribuições	(455.214)	(2.368)	(15.993)	(473.575)	(472.654)	(928)	2.676	(470.906)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(344.390)	-	(344.390)	-	(324.415)	-	(324.415)
Depreciação e amortização (2)	(1.496.028)	(324.403)	(92.824)	(1.913.255)	(1.091.912)	(227.617)	(85.598)	(1.405.127)
Custo das mercadorias vendidas	(517.966)	-	-	(517.966)	(580.792)	-	-	(580.792)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(22.006)	(40.863)	(9.831)	(72.700)	(20.607)	(56.000)	(367)	(76.974)
Total	(5.356.642)	(2.985.529)	(615.087)	(8.957.258)	(4.536.840)	(2.708.646)	(429.820)	(7.675.306)

Notas Explicativas

- (1) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015 foram de R\$210.636 e R\$42.605, respectivamente (nota 23).
- (2) Os montantes de 2016 incluem R\$3.186 referente a créditos de PIS e COFINS não cumulativos.

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015
Multas e despesas recuperadas	128.405	85.761	148.663	86.119
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	(236.368)	(215.475)	(263.202)	(215.476)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	479.936	(12.940)	485.102	(11.971)
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	24.331	(2.526)	30.532	(2.810)
Total	396.304	(145.180)	401.095	(144.138)
Outras receitas operacionais	632.672	112.774	664.297	113.826
Outras despesas operacionais	(236.368)	(257.954)	(263.202)	(257.964)
Total	396.304	(145.180)	401.095	(144.138)

- (1) O montante do 1º trimestre de 2016, inclui R\$476.371 (líquidos dos valores residuais) referente à alienação de 1.655 torres de transmissão da Companhia para a Towerco Latam Brasil Ltda (nota 29). Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienados para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 19).

- (2) Nesta mesma transação, descrita no item (1), a Companhia alienou a cessão de contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento (carteira de clientes) pelo montante de R\$40.899 (nota 29).

26) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	114.159	92.345	139.885	117.591
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	17.359	19.477	38.388	20.486
Ganho com operações com derivativos	345.192	377.304	345.192	377.304
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	200.532	596	200.532	596
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	63.281	101.699	59.270	102.690
Outras receitas financeiras	7.078	480	14.933	491
Total	747.601	591.901	798.200	619.158
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(253.449)	(213.895)	(293.943)	(213.895)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(60.287)	(172.981)	(60.287)	(172.981)
Perdas com operações com derivativos	(453.123)	(219.604)	(453.123)	(219.604)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(109.263)	(40.169)	(114.813)	(40.754)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(143.666)	(151.160)	(142.205)	(153.416)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(24.260)	(42.048)	(50.622)	(36.360)
Total	(1.044.048)	(839.857)	(1.114.993)	(837.010)

Notas Explicativas

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015.

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015
Lucro antes dos tributos	1.435.719	840.429	1.558.688	946.014
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(488.144)	(285.746)	(529.954)	(321.645)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	110.042	69.513	84	79
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(30.571)	(50.990)	(32.185)	(51.700)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	182.580	-	182.580	-
Outras (adições) exclusões	8.604	6.513	39.017	6.971
Débito (crédito) tributário	(217.489)	(260.710)	(340.458)	(366.295)
Taxa efetiva	15,1%	31,0%	21,8%	38,7%
IRPJ e CSLL corrente	(266.206)	(298.371)	(413.096)	(390.600)
IRPJ e CSLL diferido	48.717	37.661	72.638	24.305

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

28) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das ITRs consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015:

	Controladora	
	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	1.218.230	579.719
Ordinárias	385.201	184.613
Preferenciais	833.029	395.106
Número de Ações:	1.688.694	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	569.354	381.335
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	1.119.340	741.934
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	0,68	0,48
Ações preferenciais	0,74	0,53

Notas Explicativas

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo da Telefónica;
- b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- c) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- e) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- g) Serviços de gestão administrativa (serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos), prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefônica Transportes e Logística. Em outubro de 2015, a Telefônica Transportes e Logística foi adquirida pela TData;
- i) Serviços de provedor de conteúdo, prestados pela Terra Networks Brasil;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica.
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica.
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Plano de ações aos empregados da Companhia e controladas, vinculado a aquisição de ações da Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement* (CSA), reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Internacional e Telefónica Digital.
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo pela Telfisa.
- r) Soluções integrais de aprendizagem on-line para a Educação e Formação em modalidade *e-learning*.
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo.
- t) Investimento Social a Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX.

Notas Explicativas

- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução on-line para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefônica Compras Eletrônicas;
- w) Midia Digital; serviços de comercialização e exploração de *Marketing Digital in-store e outdoor* prestado pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil; e
- x) Alienação de torres e carteira de clientes da Companhia para a Towerco Latam Brasil.
- A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Balanco Patrimonial - Ativo									

Notas Explicativas

		Balço Patrimonial - Passivo					
		Em 31.03.16			Em 31.12.15		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
		Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Natureza da transação							
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	l)	-	-	57	-	-	57
Telefônica Internacional	l) / o)	60.316	-	-	63.280	-	-
Telefônica	l) m) / n)	425	76.404	-	898	86.596	-
		60.741	76.404	57	64.178	86.596	57
Outras empresas do grupo							
Telefônica USA	f)	835	140	184	17.786	122	202
Telefônica Peru	k)	2.956	-	-	2.894	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	c)	6.354	-	8	5.234	-	8
Telefônica International Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	126.619	1.690	378	35.299	1.673	378
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	14.797	25.701	-	16.501	19.208	-
Telefônica Mviles Del Espanha	k)	6.499	-	-	14.437	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	1.516	2.434	1.409	1.904	2.115	1.745
Terra Networks Brasil	i)	6.083	78	769	5.647	78	769
Telefônica Global Technology	e)	11.037	-	-	14.071	-	-
Telefônica Digital España	o)	31.555	-	-	30.311	-	-
Media Networks Latina America SAC	b)	15.730	-	-	45.866	-	-
Telefônica Learning Services Brasil	r)	14.500	-	-	10.607	-	-
Companhia AIX de Participações	u)	1.601	-	-	1.601	-	-
Telefônica Factoring do Brasil	s)	7.090	12.030	-	-	8.400	-
Fundação Telefônica	t)	-	3.287	266	-	22	266
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	1.841	-	-	1.500	-	-
Telefônica Compras Electrónicas	v)	18.391	-	-	14.738	-	-
Telefônica Mviles Argentina	k)	8.826	-	-	8.027	-	-
Telefônica Mviles Del Chile	k)	9.325	-	-	9.758	-	-
Pegaso PCS	k)	1.222	-	-	354	-	-
Otocel	k)	3.058	-	-	3.056	-	-
Telefônica Mviles Del Uruguay	k)	1.334	-	-	1.342	-	-
Telefônica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	2.785	-	-	4.800	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	2.444	-	-	991	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	475	-	-	416	-	-
Outras	h) / k)	3.443	-	347	4.993	-	347
		300.316	45.360	3.361	252.133	31.618	3.715
Total		361.057	121.764	3.418	316.311	118.214	3.772

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados	
	Natureza da transação	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2015
Empresas			
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	(214)
Telefônica Internacional	d) / l) / o)	25.899	18.135
Telefônica	l) / m) / n)	(78.160)	(101.614)
		(52.261)	(83.693)
Outras empresas do grupo			
Telefônica USA	f) / j)	(1.074)	1.215
Telefônica Peru	k)	(286)	(284)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(6.289)	(1.553)
Telefônica International Wholesale Services Brasil	l)	(69.579)	(63.194)
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	(12.394)	17.812
Telefônica Mviles Del Espanha	k)	(1.886)	(2.425)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	211	(4.514)
Telefônica Transportes e Logística	a) / d) / h) / l) / p)	-	(17.095)
Terra Networks Brasil	a) / d) / i) / l)	(6.238)	425
Telefônica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	(7.692)	(6.071)
Telefônica Digital España	l) / o)	(7.092)	(20.226)
Media Networks Latina America SAC	b) / l)	7.659	(8.943)
T. learning Services Brasil	a) / r)	(10.056)	(8.346)
Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / l) x)	-	-
Companhia AIX de Participações	a) / u)	(4.792)	(4.795)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	42	487
Fundação Telefônica	a) / d) / l) t)	(3.264)	(3.013)
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	(1.074)	160
Telefônica Compras Electrónicas	v)	(16.626)	(1.061)
Wayra Brasil Aceleradora de Projetos	a) / d) / l)	-	-
Telefônica Mviles Argentina	k)	(264)	(1.399)
Telefônica Mviles Del Chile	k)	19	-
Pegaso PCS	k)	(2.238)	(223)
Otocel	k)	99	1.342
Telefônica Mviles Del Uruguay	k)	(486)	(876)
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	(635)	1.259
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(1.763)	(57)
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	(10)	-
Towerco Latam Brasil (1)	x)	517.269	-
Outras	a) / d) / h) k) / l) / p) / w)	(2.298)	1.724
		369.263	(119.651)
Total		317.002	(203.344)

- (1) Em março de 2016, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Infraestrutura, de Cessão de Contratos de Locação, de Compartilhamento e Outras Avenças ("contrato") com a Towerco Latam Brasil Ltda (empresa controlada pela Telefônica). O objeto do contrato refere-se a compra e venda de 1.655 estruturas de torres, cessão dos contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento. O valor total do contrato foi de R\$760.000, sendo este valor composto por R\$719.101 referentes às infraestruturas de torres e R\$40.899 referentes a carteira de clientes.

As condições do contrato foram elaboradas levando-se em conta a (i) transações anteriores de mesma natureza realizadas entre a Companhia e outras empresas do mercado; (ii) laudo de avaliação dos ativos objeto do contrato, realizado por ruma empresa especializada independente; e (iii) *business plan* interno demonstrando que a operação é rentável para a Companhia.

A seguir, demonstramos um resumo da transação descrita acima:

Impactos no Balanço Patrimonial		
Descrição	Grupo do Balanço Patrimonial	R\$ mil
Valor a receber da Towerco Latam Brasil Ltda	Créditos com partes relacionadas (nota 10)	760.000
Valor da baixa dos valores residuais das torres	Ativo imobilizado (nota 12)	(99.210)
Valor das torres enquadradas como arrendamento financeiro	Arrendamento financeiro (nota 20)	2.674
Valor das torres aguardando condições contratuais para repasse	Receitas diferidas (nota 19)	140.846
Valor de IR, CS, PIS e Cofins, incidentes sobre torres a carteira de clientes	Impostos, taxas e contribuições (IR, CS, PIS e Cofins) (nota 16)	226.908
Valor de IR e CS diferidos	Tributos diferidos (IR e CS) (nota 7.2)	(48.539)
Valor do resultado líquido da transação	Resultado líquido da transação	338.901

Notas Explicativas

Impactos na Demonstração dos Resultados		
Descrição	Grupo da DRE	R\$ mil
Valor da alienação das torres (exceto retenção e arrendamento financeiro)	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	575.580
Valor da baixa do valor residual	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(99.210)
Valor da carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	40.899
Valor de PIS e Cofins, incidentes sobre carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(3.783)
Efeito no resultado operacional		513.486
Valor de IR e CS, incidentes sobre torres a carteira de clientes	Imposto de renda e contribuição social (nota 27)	(174.585)
Efeito líquido no resultado da transação	Efeito líquido no resultado da transação	338.901

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015 foi de R\$9.402 e R\$5.982, respectivamente. Destes montantes, R\$5.756 (R\$4.512 em 31 de março de 2015) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$3.646 (R\$1.470 em 31 de março de 2015) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) SEGUROS

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de março de 2016, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$1.048.396 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

31) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefônica. Sobre o co-investimento do participante a Telefônica incrementará as ações iniciais em mais 25%.

Notas Explicativas

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

O ciclo 2012-2015 foi finalizado em junho de 2015 e, com o atingimento do TSR, 68 executivos da Companhia tiveram o direito de receber 258.552 ações da Telefónica.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- Ciclo 2013-2016: acontece em junho de 2016, com 66 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 247.935 ações da Telefónica.
- Ciclo 2014-2017: acontece em setembro de 2017, com 70 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 333.909 ações da Telefónica.
- Ciclo 2015-2018: acontece em setembro de 2018, com 128 executivos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 731.566 ações da Telefónica.

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 31 de março de 2016 é o seguinte:

<u>Ciclos</u>	<u>Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)</u>	<u>Valor unitário em Euros - cotação em 31.12.15</u>	<u>Data da finalização</u>
3º ciclo 1º de julho de 2013	247.935	10,00	30 de junho de 2016
4º ciclo 1º de outubro de 2014	333.909	10,00	30 de setembro de 2017
5º ciclo 1º de outubro de 2015	731.566	10,00	30 de setembro de 2018

b) Plano Talent for the Future Share Plan ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 31 de março de 2016 é o seguinte:

Notas Explicativas

<u>Ciclo</u>	<u>Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)</u>	<u>Valor unitário em Euros - cotação em 31.12.15</u>	<u>Data da finalização</u>
1º ciclo 1º de outubro de 2014	64.500	10,00	30 de setembro de 2017
2º ciclo 1º de outubro de 2015	98.500	10,00	30 de setembro de 2018

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* ("GESP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de 2 anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24) e correspondem a R\$4.025 e R\$3.274 para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015.

32) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

<u>Plano</u>	<u>Tipo</u>	<u>Entidade</u>	<u>Patrocinador</u>
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	Benefício Definido (BD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 33 - Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Financeiras da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica – Lei 9.656/98, todos os demais planos de benefícios apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e Controlada.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e Controlada.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários*:

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.14	14.653	(456.129)	(441.476)
Custo do serviço corrente	(670)	(20)	(690)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	446	(12.793)	(12.347)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	631	1.613	2.244
Saldos em 31.03.15	15.060	(467.329)	(452.269)
Custo do serviço corrente	(2.012)	(5.700)	(7.712)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.342	(30.283)	(28.941)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.476	9.309	10.785
Efeitos em resultados abrangentes	625.774	(224.281)	401.493
Transferências de reservas entre planos	(632.941)	632.941	-
Combinações de negócios (Aquisição da TGLog. pela TData)	25	-	25
Saldos em 31.12.15	8.724	(85.343)	(76.619)
Custo do serviço corrente	(718)	(675)	(1.393)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	325	(2.391)	(2.066)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	726	5.505	6.231
Saldos em 31.03.16	9.057	(82.904)	(73.847)

Dos montantes de planos superavitários apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado os montantes consolidados de R\$9.057 e R\$8.724 em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, nota 10.

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Operações com Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxo de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Notas Explicativas

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis. Quanto às opções, é considerada a variação de valor justo das mesmas em relação ao prêmio inicial pago.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo classificados como swaps, NDFs e opções, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Controladora / Consolidado				Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Contratos de swaps						
<u>Ponta Ativa</u>						
<u>Moeda estrangeira</u>	2.559.331	1.652.802	2.294.880	2.141.243	287.349	457.351
US\$ (1) (2)	760.022	781.473	835.701	934.492	127.124	216.475
EUR (2)	93.633	89.118	87.423	92.566	-	2.735
LIBOR US\$ (1)	764.257	782.211	987.192	1.114.185	145.661	238.141
NDF US\$ (8)	389.059	-	370.000	-	-	-
Opções US\$ (8)	552.360	-	14.564	-	14.564	-
<u>Taxa pós</u>	1.513.318	1.064.647	1.514.237	1.030.332	32.063	19.328
CDI (1) (2) (7)	683.059	172.116	687.606	173.321	9.736	7
TJLP (4)	830.259	892.531	826.631	857.011	22.327	19.321
<u>Índices de inflação</u>	328.537	437.035	408.219	502.508	22.473	22.185
IPCA (3) (5)	202.253	209.051	256.079	239.099	17.588	16.248
IGPM (6)	126.284	227.984	152.140	263.409	4.885	5.937
<u>Ponta Passiva</u>						
<u>Taxa Pré</u>	(889.059)	-	(893.530)	-	(19.610)	-
Pré (6) (7)	(889.059)	-	(893.530)	-	(19.610)	-
<u>Taxa pós</u>	(2.660.020)	(2.853.704)	(2.748.868)	(2.935.269)	(175.019)	(228.982)
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)	(2.660.020)	(2.853.704)	(2.748.868)	(2.935.269)	(175.019)	(228.982)
<u>Moeda estrangeira</u>	(853.476)	(300.781)	(448.003)	(474.057)	(20.321)	(5.125)
US\$ (2)	(163.409)	(161.692)	(154.605)	(167.318)	-	(4.472)
EUR (1) (2)	(19.650)	(10.424)	(19.383)	(10.612)	(38)	(143)
LIBOR US\$ (1)	(119.689)	(128.665)	(253.812)	(296.127)	(80)	(510)
Opções US\$ (8)	(550.728)	-	(20.203)	-	(20.203)	-
Ponta ativa (circulante e não circulante)					341.885	498.864
Ponta passiva (circulante e não circulante)					(214.950)	(234.107)
Valores a receber, líquidos					126.935	264.757

Notas Explicativas

(1) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$1.497.612) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$1.542.414).

(2) *Swap* de moeda estrangeira (Euro) (R\$67.803) e (CDI x Dólar) (R\$127.938) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 8 de junho de 2016, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$68.237 em euro) e a receber (valor contábil de R\$124.515 em dólar).

(3) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$34.100) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$35.535).

(4) *Swap* TJLP x CDI (R\$826.631) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$1.173.046).

(5) *Swap* IPCA x CDI (R\$221.978) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$214.964).

(6) *Swap* IGPM x CDI (R\$152.140) – operações de *swap* contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

(7) *Swap* CDI x Pré (R\$687.606) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2016 com o objetivo de proteger o risco de variação do CDI de parte das debêntures atreladas a este indexador.

(8) NDF USD x BRL e opções US\$; operações de termo e opções contratadas com o objetivo de proteger a exposição em dólar de CapEx e OpEx. Foi adotada a estrutura “morcego” de cobertura para o risco de variação cambial dos fluxos esperados sendo que nenhum dos derivativos desta estrutura serão liquidados antecipadamente mantendo a proteção do objeto de *hedge*.

A seguir demonstramos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de março de 2016:

	Controladora / Consolidado				Valor a receber (pagar) em 31.03.16
	Vencimento em				
	2016	2017	2018	2019 em diante	
Contrato de swap					
Moeda Estrangeira x CDI	(56.741)	66.767	80.864	27.952	118.842
CDI x Moeda Estrangeira	9.668	-	-	-	9.668
TJLP x CDI	(9.760)	464	9.954	10.546	11.204
IPCA x CDI	(1.760)	(1.178)	(1.128)	11.622	7.556
IGPM x CDI	-	3.791	1.094	-	4.885
CDI x Pré	30	-	-	-	30
NDF USD x Pré	(19.610)	-	-	-	(19.610)
Opções	(5.640)	-	-	-	(5.640)
Total	(83.813)	69.844	90.784	50.120	126.935

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, TJLP x CDI e CDI x Pré destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de março de 2016 foi de R\$2.442 (R\$2.836 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016 as operações com derivativos geraram resultado negativo consolidado (líquido) de R\$107.931 (R\$157.700 resultado positivo consolidado (líquido) em 31 de março de 2015), nota 26.

a.2) Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

Notas Explicativas

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

a.3) Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Controladora / Consolidado				
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	1.005.531	1.268.686	1.536.918
Dívida em US\$	Dívidas (Risco valorização US\$)	(1.005.552)	(1.268.712)	(1.536.949)
	Exposição Líquida	(21)	(26)	(31)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	68.039	85.059	102.088
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(82.791)	(103.488)	(124.186)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	9.629	12.037	14.444
	Exposição Líquida	(5.123)	(6.392)	(7.654)
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(127.938)	(159.925)	(191.902)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(50.074)	(62.593)	(75.111)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	193.414	241.767	290.120
	Exposição Líquida	15.402	19.249	23.107
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	248.264	251.797	279.976
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(249.076)	(252.025)	(280.229)
	Exposição Líquida	(812)	(228)	(253)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	263.409	270.522	296.880
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(263.381)	(270.767)	(297.148)
	Exposição Líquida	28	(245)	(268)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	536.883	679.476	825.670
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(534.642)	(676.618)	(822.171)
	Exposição Líquida	2.241	2.858	3.499
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	826.631	857.788	891.363
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(826.676)	(857.835)	(891.414)
	Exposição Líquida	(45)	(47)	(51)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda PRE)	503.949	629.936	755.924
Dívida em CDI	Dívidas (Risco aumento CDI)	(498.573)	(623.216)	(747.860)
	Exposição Líquida	5.376	6.720	8.064
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	640.602	800.753	960.903
CAPEX em USD	CAPEX (Risco aumento USD)	(640.602)	(800.753)	(960.903)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	59.109	43.483	43.482
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(248.523)	(248.571)	(248.616)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(147.255)	(147.255)	(147.255)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(291.160)	(294.500)	(297.561)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(815.427)	(815.972)	(816.478)
Hedge US\$ (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(1.121.955)	(1.120.258)	(1.118.707)
Hedge CDI (Ponta Passiva) - dívida	Derivativo (Risco Aumento PRE)	(503.919)	(492.721)	(482.087)
Hedge USD (Ponta Passiva) - CAPEX	Derivativo (Risco Aumento PRE)	(640.602)	(800.753)	(960.903)
	Exposição líquida	(3.709.732)	(3.876.547)	(4.028.125)
Exposição líquida total em cada cenário		(3.692.686)	(3.854.658)	(4.001.712)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(161.972)	(309.026)

Notas Explicativas

a.4) Premissas para a Análise de Sensibilidade

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
US\$	3,5589	4,4486	5,3384
EUR	4,0518	5,0648	6,0777
JPY	0,0317	0,0396	0,0475
IPCA	9,54%	11,92%	14,31%
IGPM	11,56%	14,44%	17,33%
IGP-DI	11,16%	13,95%	16,74%
UMBND	0,0705	0,0881	0,1057
URTJLP	1,9882	2,4853	2,9823
CDI	14,13%	17,66%	21,20%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2016, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Controladora						
		Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Ativos Financeiros	Classificação por categoria					
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		3.316.988	4.206.595	3.316.988	4.206.595
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		6.933.976	7.000.379	6.933.976	7.000.379
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	9.706	3.017	9.706	3.017
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	81.692	78.289	81.692	78.289
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		179.631	217.621	179.631	217.621
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	250.487	417.558	250.487	417.558
Total de ativos financeiros			10.772.480	11.923.459	10.772.480	11.923.459

Notas Explicativas

Controladora						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.056.268	7.496.947	7.056.268	7.496.947
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		138.644	154.670	150.852	166.111
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	781.640	1.656.367	840.048	1.777.104
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		94.608	120.632	433.060	470.828
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	650	292	1.382	1.334
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	10.495	5.184	10.495	5.184
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	161.650	146.502	161.650	146.502
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		148.695	187.176	151.411	180.895
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.390.917	2.577.090	2.240.529	2.366.597
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	383.602	377.721	383.602	377.721
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.299.133	3.299.010	2.961.371	2.942.969
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	129.098	124.780	105.921	98.862
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	42.805	82.421	42.805	82.421
Total de passivos financeiros			14.638.205	16.228.792	14.539.394	16.113.475

Consolidado							
Ativos Financeiros		Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
				31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		4.068.214	5.336.845	4.068.214	5.336.845	
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		8.274.198	8.285.319	8.274.198	8.285.319	
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	9.706	3.017	9.706	3.017	
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	81.692	78.289	81.692	78.289	
Não Circulante							
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		284.670	330.451	284.670	330.451	
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	250.487	417.558	250.487	417.558	
Total de ativos financeiros			12.968.967	14.451.479	12.968.967	14.451.479	

Consolidado						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.707.777	8.373.235	7.707.777	8.373.235
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		442.592	565.700	384.184	651.426
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	781.640	1.656.367	840.048	1.777.104
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		94.608	120.632	433.060	470.828
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	650	292	1.382	1.334
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	10.495	5.184	10.495	5.184
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	161.650	146.502	161.650	146.502
Não Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		67.742	67.742	67.742	67.742
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		1.399.488	1.499.698	1.185.641	1.192.040
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.390.917	2.577.090	2.240.529	2.366.597
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.299.133	3.299.010	2.961.371	2.942.969
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	129.098	124.780	105.921	98.862
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	383.602	377.721	383.602	377.721
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	42.805	82.421	42.805	82.421
Total de passivos financeiros			16.912.197	18.896.374	16.526.207	18.553.965

c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

Notas Explicativas

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de março de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente (nota 20) e operações com derivativos (nota 33), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Caixa e equivalentes de caixa	4.068.214	5.336.845
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(8.921.728)	(10.221.290)
Operações com derivativos, líquidas	126.935	264.757
Aplicações financeiras em garantia à dívida	40.053	38.805
Endividamento líquido	4.686.526	4.580.883
Patrimônio líquido	69.294.708	68.567.242
Índice de endividamento líquido	6,76%	6,68%

d) Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2016, 17,0% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (16,5% em 31 de dezembro de 2015). A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.519.040 e R\$1.681.968 em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$35.617 mil e €16.841 mil a pagar em 31 de março de 2016 e US\$32.030 mil e €19.079 mil a pagar em 31 de dezembro de 2015) para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Notas Explicativas

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto percentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano. No decorrer de 2015, a TJLP foi elevada para 6,5% para o período de julho a setembro de 7,0% para o período de outubro a dezembro. Em 2016, a TJLP passou a 7,5% no período de janeiro a março, e permanecerá neste patamar no período de abril a junho.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.919.921 em 31 de março de 2016 (R\$5.103.103 em 31 de dezembro de 2015), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Com o mesmo fim, em 31 de março de 2016, a Companhia possuía operações de *swap* – CDI x Pré para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas, cujo principal contratado foi de R\$500.000.

d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controladas é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 31.03.16	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.707.777	-	-	67.742	7.775.519
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.224.232	1.840.251	1.608.514	341.640	5.014.637
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	383.602	383.602
Debêntures (nota 20)	95.258	1.999.699	1.414.657	13.875	3.523.489
Operações com derivativos (nota 33)	172.145	36.684	1.659	4.462	214.950
Total	9.199.412	3.876.634	3.024.830	811.321	16.912.197

Em 31.12.15	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	8.373.235	-	-	67.742	8.440.977
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	2.222.067	1.920.416	1.804.220	352.152	6.298.855
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	377.721	377.721
Debêntures (nota 20)	120.924	1.999.645	1.410.270	13.875	3.544.714
Operações com derivativos (nota 33)	151.686	64.692	4.157	13.572	234.107
Total	10.867.912	3.984.753	3.218.647	825.062	18.896.374

d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

Notas Explicativas

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

34) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de março de 2016, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	1.848.602	2.029.019
Um ano até cinco anos	6.708.716	7.398.585
Mais de cinco anos	6.289.435	6.907.123
Total	14.846.753	16.334.727

35) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRO FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas proforma não auditadas ("DREs") referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, relacionadas com a aquisição da GVTPart..

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas pro forma não auditadas ("DREs") referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período de três meses findos em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas**Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

	Telefônica Brasil, consolidado para o exercício findo em 31.12.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	40.286.815	1.899.812	-	(52.644)	42.133.983
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.345.076)	(991.472)	(51.759)	52.644	(21.335.663)
Lucro bruto	19.941.739	908.340	(51.759)	-	20.798.320
Receitas (despesas) operacionais	(14.702.141)	(564.946)	(136.695)	-	(15.403.782)
Despesas com comercialização	(12.005.477)	(407.697)	(131.170)	-	(12.544.344)
Despesas gerais e administrativas	(2.142.459)	(154.155)	-	-	(2.296.614)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(554.205)	(3.094)	(5.525)	-	(562.824)
Lucro operacional	5.239.598	343.394	(188.454)	-	5.394.538
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(848.178)	(260.520)	-	-	(1.108.698)
Resultado de equivalência patrimonial	2.036	-	-	-	2.036
Lucro antes dos tributos	4.393.456	82.874	(188.454)	-	4.287.876
Imposto de renda e contribuição social	(973.207)	(30.492)	47.100	-	(956.599)
Lucro líquido do exercício	3.420.249	52.382	(141.354)	-	3.331.277
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					R\$ 2,10
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					R\$ 2,30

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o período de três meses findo em 31 de março de 2015

	Telefônica Brasil Consolidado para o período de três meses findos em 31.03.15	GVTPart. Consolidado para o período de três meses findos em 31.03.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	8.983.078	1.425.581	(4.381)	(39.800)	10.364.478
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(4.536.840)	(738.658)	(41.160)	39.800	(5.276.858)
Lucro bruto	4.446.238	686.923	(45.541)	-	5.087.620
Receitas (despesas) operacionais	(3.282.604)	(426.941)	(98.249)	-	(3.807.794)
Despesas com comercialização	(2.708.646)	(312.228)	(94.409)	-	(3.115.283)
Despesas gerais e administrativas	(429.820)	(116.531)	-	-	(546.351)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(144.138)	1.818	(3.840)	-	(146.160)
Lucro operacional	1.163.634	259.982	(143.790)	-	1.279.826
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(217.852)	(310.767)	-	-	(528.619)
Resultado de equivalência patrimonial	232	-	-	-	232
Lucro antes dos tributos	946.014	(50.785)	(143.790)	-	751.439
Imposto de renda e contribuição social	(366.295)	15.720	35.325	-	(315.250)
Lucro líquido do período	579.719	(35.065)	(108.465)	-	436.189
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					R\$ 0,36
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					R\$ 0,40

Notas Explicativas para as DREs**a) Base para elaboração das DREs**

As informações contábeis históricas referentes à Companhia e a GVTPart. utilizadas na elaboração destas DREs foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e das informações trimestrais para o período de três meses findos em 31 de março de 2015.

Estas informações financeiras *pro forma* devem ser lidas em conjunto com as informações trimestrais históricas das companhias envolvidas.

Notas Explicativas

As DREs refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da GVTPart. e foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da GVTPart. ter ocorrido em 1º de janeiro de 2015.

As DREs não devem ser utilizadas como indicativo de futuras ITRs consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado da Companhia.

b) Ajustes *pro forma*

As DREs foram elaboradas e apresentadas a partir das ITRs históricas de cada sociedade e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis.

Os ajustes demonstrados na demonstração dos resultados, refletem: (i) depreciações da mais (menos) valia do ativo imobilizado; (ii) amortizações da mais (menos) valia do ativo intangível; (iii) amortizações da marca; (iv) amortizações da carteira de clientes; (v) imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) e; (vi) eliminações entre as sociedades, conforme demonstrados a seguir:

	Grupo nas Demonstrações de Resultados	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015	Período de três meses findo em 31 de março de 2015
Depreciação de mais (menos) valia do ativo imobilizado adquirido	(1)	(8.367)	(6.275)
Amortização de mais (menos) valia do ativo intangível adquirido	(1)	(2.148)	(1.611)
Amortização da Marca	(2)	(13.111)	(9.833)
Amortização da Carteira de Clientes	(2)	(114.905)	(86.179)
Outros	(1) / (2)	(49.924)	(39.892)
Tributos diferidos (IR / CS)	(3)	47.100	35.325
Eliminações	(4)	52.644	39.800

(1) Valores alocados como "Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas";

(2) Valores alocados como "Despesas com Comercialização";

(3) Valores de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes;

(4) Valores alocados como "Receita Operacional Líquida e Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas", basicamente relacionados a interconexão e uso de redes.

36) EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reestruturação Societária

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovada a reestruturação societária descrita na nota 1c).

Esta reestruturação societária não resultou em aumento de capital da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia ou qualquer alteração nas participações acionárias dos atuais acionistas da Companhia ou qualquer direito de recesso, não havendo também, solução de continuidade em relação aos serviços de telecomunicação prestados pelas sociedades incorporadas/cindidas aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

b) Transação de alienação de torres e carteira de clientes entre a Companhia e Towerco Latam Brasil Ltda

Em 8 de abril de 2015, a Towerco Latam Brasil Ltda realizou a quitação do montante de R\$760.000 devido à Companhia referente à transação de alienação de torres e carteira de clientes, conforme nota 29.

c) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários deliberados pela Companhia

Em reunião realizada em 18 de abril de 2016, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2017, o crédito de juros sobre o capital próprio (JSCP), relativo ao exercício social de 2016, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$220.000, equivalente a R\$0,12217959361 por ação ordinária e R\$0,13439755297 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$187.000, equivalente a R\$0,10385265457 por ação ordinária e R\$0,11423792003 por ação preferencial, apurados com base no lucro líquido apresentado no balanço de 31 de março de 2016.

Notas Explicativas

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2017, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 29 de abril de 2016, inclusive.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Telefônica Brasil S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no formulário de informações trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3